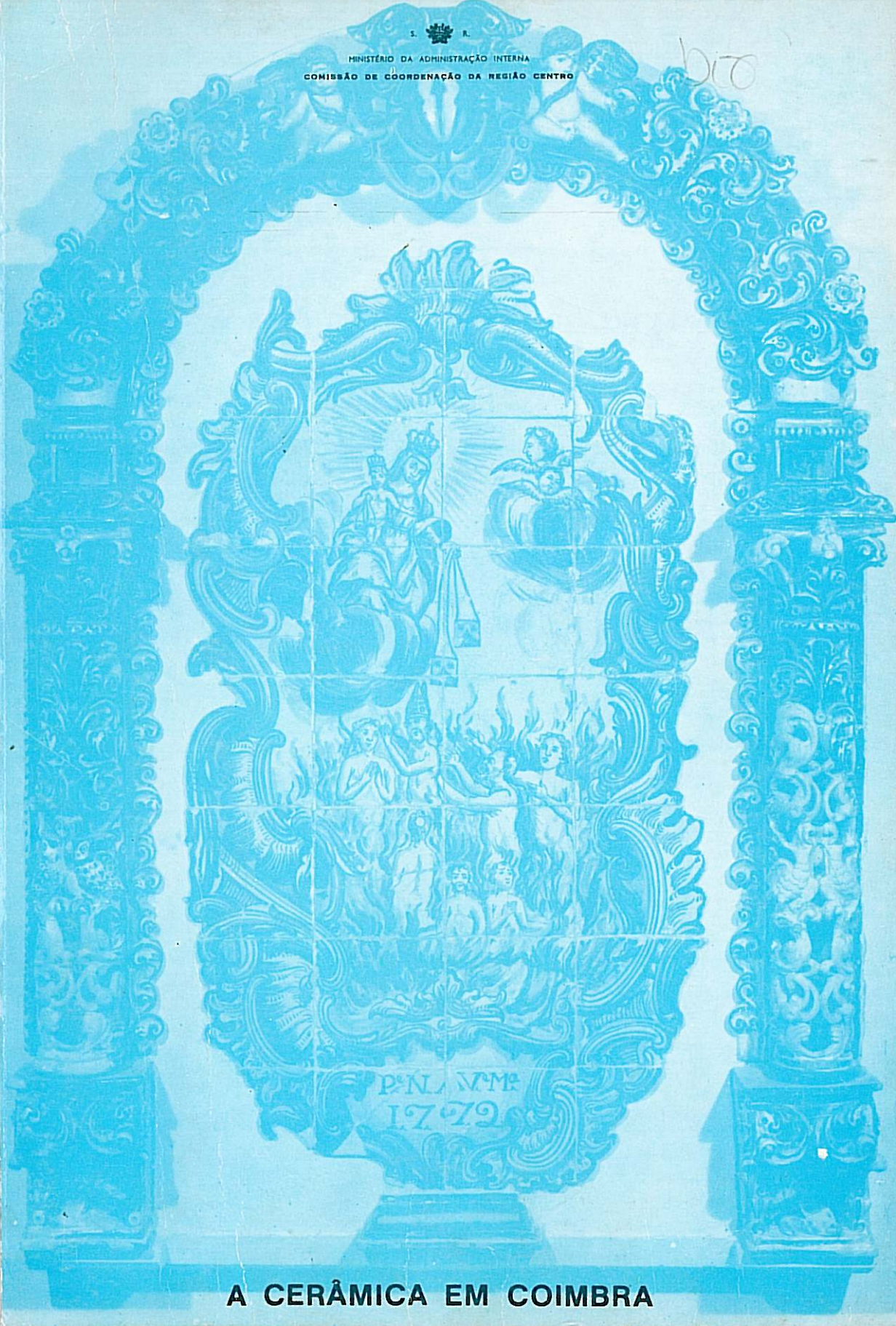
S. R.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO




# A CERÂMICA EM COIMBRA

DIG - 120$00

# A CERÂMICA EM COIMBRA

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO

# A CERÂMICA EM COIMBRA

COIMBRA 1982

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO
Rua Bernardim Ribeiro, 80
3000 COIMBRA

# ÍNDICE

Nota de apresentação
*Manuel Porto* ..... 7

A Cerâmica Coimbrã no Século XVII
*Paulino da Mota Tavares* ..... 9

Cerâmica em Coimbra nos finais do Século XIX e inícios do Século XX
*José Amado Mendes* ..... 23

A Cerâmica Artesanal na Região Centro
*Alberto Correia* ..... 45

Da Cerâmica Coimbrã
Uns Notáveis azulejos do Museu Nacional de Machado de Castro
*Matilde Pessoa de Figueiredo* ..... 53

Cerâmica. Pequena Radiografia do sector
*Maria Helena Lencastre* ..... 61

Conclusões ..... 77

# A Cerâmica Coimbrã no Século XVII

*Por: Paulino Mota Tavares* ★

★ Investigador histórico, membro do G.A.A.C.

# NOTA DE APRESENTAÇÃO

De 15 a 17 de Janeiro de 1981 a Comissão de Turismo da Câmara Municipal de Coimbra, com o apoio do Museu Machado de Castro e do Laboratório Antropológico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, promoveu umas *Jornadas sobre a Cerâmica em Coimbra*.

As comunicações apresentadas reflectiram bem o grande interesse histórico-cultural, económico e social do sector em análise.

A arte da cerâmica remonta na Região Centro, em particular na zona de Coimbra, a épocas muito recuadas, podendo afirmar-se que constitui uma das suas expressões mais significativas, conforme é patenteado nos primeiros artigos que se apresentam. Constituíu além disso sempre, e poderá continuar a constituir, um sector de grande relevo na economia desta área do país, conforme é por sua vez claramente mostrado no último artigo.

Pareceu-nos, pois, do maior interessa dar o nosso modesto contributo através da publicação das comunicações e das conclusões. Tornam-se assim acessíveis a um público muito mais vasto os resultados das Jornadas, podendo designadamente contribuir-se para um maior empenhamento na preservação e na promoção da arte da cerâmica e da qualidade de vida de todos quantos nela estão envolvidos.

O Presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro

*(Manuel Carlos Lopes Porto)*

Alguns factores endogéneos - crise, guerra, luxo e oscilações de poder - e muitos outros de origem externa, provenientes do contacto universal e dilatado com povos exóticos, de diferentes costumes e atitudes perante a arte e perante a vida, fizeram com que a cerâmica, no domínio da olaria, sofresse um grande impulso na época de seiscentos. No entanto, antes do séc. XVII, do qual iremos lembrar alguns tópicos, já o barro se trabalhava em Coimbra haveria pelo menos uns 500 anos atrás.

O mais antigo documento escrito referente à olaria faz parte das posturas municipais de 1145 sob a epígrafe latina *de tendariis*, referenciando expressamente os *tegularii* ou fabricantes de telha, a utensilagem doméstica e os preços (1).

Nos apontamentos para a História da Cerâmica em Coimbra, de Adelino António das Neves e Melo, é mencionada a compra a Pedro Soares de uma tenda de louça com dois fornos, pelo Mosteiro de Santa Cruz, em 1203; e uma segunda compra a Paio Gonçalves no ano de 1213.

A olaria remonta, pois, nesta região de variados calcáreos, aos meados do séc. XII, ou seja, à fundação da nacionalidade. No séc. XV a influência hispano-árabe é notória e bem documentada quer pelo geometrismo decorativo quer pela figuração e alacridade dos modelos. No séc. XVI a sua presença vigorosa pode testemunhar-se pelo aparecimento de regimentos e taxas (1556), pela intervenção do Senado, mesteres ou juiz de fora.

Mas é em 1623 que a preocupação de estabelecer e dividir os três ofícios da olaria - serviço de louça branca, verde e amarela, e de barro singelo - nomeando juízes diferenciados, obriga ao apetrechamento, ao cuidado, à resposta exacta a uma clientela exigente que, por razões sobretudo económicas e sociais, se vai obrigar à utilização da louça como instrumento de uso imediato e como objecto ou projecto de decoração.

Tratar da cerâmica coimbrã no séc. XVII em breve espaço, marcando-lhe no entanto o carácter, seria audacioso, seria correr o risco de obter a mais frouxa das imagens para uma actividade que ajudava a definir Coimbra como a mais risonha e atraente cidade do reino, geradora de formas, ritmos e cromatismos que invadiram igrejas, solares, conventos, palácios e chegaram mesmo às aristocráticas quintas de uma nobreza tendencialmente ruralizada.

A venerada bandeira de Santa Justa e Santa Rufina, padroeiras do ofício, acolhia pintores, rodeiros, azulejadores, telheiros, chocolateiros ou modestos artesãos do tijolo

(1) «...Tegularii .non faciant tegulas usque ueniant ad almutazeb, et faciant illas per formam quam eis dederint et sint bene cocte. Cantarus, I denarium: quarta cum panella I denarium: Duos asdos pro I denario: Duos almudes, I denarium.» ver: «Portugaliae Monumenta Historica», 1, olisipone, 1866, p. 744.

largamente requisitados pelo mosteiro de Santa Cruz no início do século, como provam os inéditos e conventuais livros de despesas dos cónegos regrantes (2).

Com os escassos elementos de que dispomos, pretendemos falar apenas dos homens humildes que trabalharam o barro e que souberam emprestrar à louça seiscentista local, a marca da sensibilidade e da permanência, que iluminou de surpresa, de cor e de luz a parte mais baixa da cidade, teimosamente virada para o rio, para o comércio, para a recepção, a novidade e o transporte.

Levas de mercadores transitários, barcas, almocreves, tendeiros, colocam em vastas regiões, com o nome de Coimbra, um tipo de arte e de utilidade cuja subtileza feita de experiências e conhecimentos, garante a toda a mancha de artesãos que trabalham o barro, uma doseada tranquilidade económica. Para além de tudo, a olaria torna-se em mágica e alada criação, registo de muitos esforços, graça e cor, movimento e sonho, trabalho, fogo, vida. Nasce no mais remoto dos princípios e acompanha a História, essa arte e essa textura marcadamente perecível, estese de afago e violência, obra que o homem, portador de cultura, desde muito cedo amou e produziu.

Nem faltam os mestres da pintura quinhentista como Garcia Fernandes, o Mestre do Paraíso e outros mais, a incluirem nos seus quadros de temática sacra ou profana, escudelas, jarros, tigelas, albarras. Mas os regimentos seiscentistas falam-nos de talhas, cântaros, infusas, púcaros, pratos galinheiros, vieiras, azados, potes ou terrinas, tudo para servir e preencher necessidades de cozinha palaciana ou conventual, tudo para ocupar espaços ou decorar ambientes.

É assim o barro; com a terra se ergue, com a terra se confunde. Mas quando a roda gira e a mão se impõe obrigando a argila elástica e mole, que vai cedendo, então se recorta no ar toda a maravilha do útil, mil vezes repetida, mil vezes encontrada. Um a um os objectos pousam, ainda frescos, à espera do sol e da própria vida.

Pudera aqui lembrar Camões e a redondilha cortês, tão breve e tão certa:

«Descalça vai para a fonte
Lianor pela verdura:
Vai formosa, e não segura.

Leva na cabeça o pote,
O testo nas mãos de prata,
Cinta de fina escarlata,
Sainho de chamalote;»

O ir à fonte com seu pote, tanto como levar formosura, é trazer água e galanteio. Também no séc. XVII olaria e amor se combinam, contaminando a linguagem poética e multímoda da Fénix Renascida, o teatro de cordel, os bailes e entremezes, os manuscritos anónimos espalhados ou recolhidos em folhas volantes e miscelâneas.

*Estar vidrado de amor*
*Amor é pucarinho que chia*
*Ter um bem mui bem azado*

(2) BGUC, Ms. 1711

ou até

*meu amor é parte-pratos*
*alma de cântaro, talha-quebrada*

são expressões que correm, animando versos e engenhosas cortesias.

«Valha-me Deus com tanta água
Trinta cantros cada dia»

queixava-se Maria no «Entremez do estudante barbeiro»; e ouvindo-a Fábio, assim lhe respondeu:

Maria, amores, Maria
que queixa é essa, que mágoa,
Que ansias e que desmaio
vos perturba o coração?
Dizei-mo minha afeição
e meu rostinho de Maio.

E eu morro de tal sorte,
Maria no vossa ausência,
que por ter vossa presença
Tomara ser vosso pote (1)

A louça era mencionada nos testamentos como valor, sempre descriminado, que se transmite, cuida e preserva com o maior cuidado, tal como a prata e o ouro (2).

Transparece igualmente a noção de que o barro cura algumas doenças.

Tomás de Noronha escreve a uma dama que comia barro:

Dizem que estais doente
de doença, mui pousada
que com ser de barro, é nada
e só no peso se sente;
Crede-me que estou contente
pois quando barro comeis
mais eterna vos fazeis
que se a terra os corpos come
e a terra comeis com fome
quem vos coma não tereis

---

(1) Biblioteca da Ajuda, Ms. nº 3265

(2) O termo prateleira, tem a ver com prato e com prata, com louça e com baixela, indistintamente «La salle à manger que est en France une création du XIX siècle était chez nous, depuis toujour la pièce principale, possédant son mobilier propre-table, buffets, bahouts et étagères (appelées) «prateleiras» (de «prata» qui signifique «argent»).» «Ricardo R. Espírito Santo Silva» in Exposição de Ourivesaria Portuguesa e Francesa, Abril-Maio, 1955 - Lisboa: Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, 1955, pag. 10.

Tenhamos em conta as aplicações externas de efeitos regeneradores e com base na argila que, na povoação de Banhos Secos, à saída de Coimbra, eram ministradas a enfermos e que tornaram Dona Maria Calada Roma, proprietária da quinta, em grande prestamista do séc. XVII.

Poderemos afirmar genesicamente que ao princípio era o barro, com ele e por meio dele as mãos ampliaram o espírito, recriaram a vida.

E nem os livros sagrados esqueceram o trabalho milenário da olaria; no Capítulo 4º das Crónicas, versículo 23, podemos ler:

*Estes são os oleiros que habitavam nas hortas e nos cerrados, nas casas do rei, trabalhando para ele, e ali moravam.*

E Jeremias (18:2) acrescenta:

*Levanta-te e vai a casa do oleiro, e lá ouvirás as minhas palavras.*

Trata-se de uma sacralização de expoente profético que não corresponde ao estatuto social inerente à profissão, que era, de modo geral, pouco elevado.

Bordejando o Mondego, moravam, no séc. XVII por toda a freguesia de S. João de Santa Cruz, em bairro muito sujeito a inundações e epidemias. Estavam, portanto, arruados, ocupando a Rua da Moeda, Rua da Madalena, Rua de Lopo Martins, Terreiro das Olarias, Freiria, Rua do Almoxarife, Rua da Gala. Tinham juízes próprios que examinavam quantos pretendiam carta de ofício, e mantinham relações sociais modestas, a avaliar pelo estrato das testemunhas dos actos públicos que praticavam - compras, vendas, testamentos, distratos, contratos de empréstimos - ou das cerimónias litúrgicas que eram chamados a celebrar e que predispunham muitas vezes ao estabelecimento de laços de raiz familiar.

Tecelões, barqueiros, sapateiros, tratantes, moleiros e cordoeiros, são homens que bastante se aproximam dos que trabalham o barro em tendas ou largos citadinos, produzindo louça vermelha e branca, pintando ou cozendo, virados ao mercado interno ou tentando servir privativamente uma clientela mais rica, escolhida, nobre e possidente.

Cerca de 30 cartas de oleiro, são registadas durante o séc. XVI nos livros da Câmara e atribuídas a oleiros de barro vermelho, malegueiros, telheiros e fabricantes de tijolo; algumas impõem curiosas restrições na obra a executar

«que em 13 de Setembro da dita era (1532) foi dada outra tal carta de exame e Licença para pôr tenda a andre frz oleiro morador em esta cidade» e «usar de todalhas cousas do dito ofício tirádo som.te algujdares grandes e asados e ouve juramento seg.º custume»

A C.M.C., Registo (1525-1538), tomo I, fl. 349v.

Se compararmos o *Livro da repartição das sisas do ramo desta cidade para 1567* com a finta de 1610-1613 poderemos concluir que a classe sofreu redução nos ganhos, erosão nas margens de lucro, despromoção, ou melhor, que o custo de vida aumentou substancialmente entre um e outro século reduzindo o poder de compra, pauperizando os que trabalham o barro.

É que no séc. XVI entre 40, oito oleiros são taxados em importâncias iguais ou superiores a 1000 réis; são eles:

- António Pires, da Rua da Moeda;
- Mateus Pires e João Lopes, do Terreiro das Olarias;

- Francisco Anes, Jerónimo Gonçalves e Gomes Fernandes, da Rua de Estêvão Nogueira;.

- Jorge Pires, da Rua do Almoxarife;

- António Simões, malegueiro, da Rua do Arco de Jorge Vaz.

Por sua vez, nos inícios de seiscentos, aparecem-nos 36 oleiros e apenas Manuel Rodrigues, oleiro de louça branca, do Arco de Jorge Vaz, é taxado em 1500 réis, rondando os outros em média entre 200 a 300 réis. Quanto à especialização técnica, é de notar que ficou mais acentuada.

Pero Fernandes é citado como malegueiro de malga branca de talaveira.

Manuel Gomes, malegueiro de louça branca e pintada;

António Gomes, malegueiro oleiro de louça branca vidrada e pintada;

Manuel Gonçalves, oleiro de louça vidrada de branco, verde e amarelo;

José Rodrigues, oleiro de branco, verde, amarelo e vermelho.

Manuel Dias, pintor de louça e que morava (1674) na freguesia de Santa Justa.

António Simões de Almeida, pintor de louça com tendas no terreiro das olarias (1674).

Submetido a exame, o oficial de louça vermelha deverá saber «mui bem lavrar e temperar o barro segundo convem a qualquer lavor»

«Item saberaa enfornar de todo e cozer a louça como deve para desengano do povo.»

Item sabera muy bem fazer talhas de agoa que sejam igoaes da grossura do barro e tenham bons fundos e cheos.

Item sabera fazer cantaros e potes para ter agoa de meo almude e atamores e quartões que seja tudo muito bem feito e acabado e como cumpre saber qualquer bom oficial.

Item saberaa fazer quaesquer panelas e azados que lhe forem demandados.

Item saberaa fazer muy bem almotolias pucaros e candieiros e quaesquer outras cousas meudas que lhe forem demandadas.

Para o oficial de louça vidrada verde, exige-se que saiba fazer alguidares, frigideiras e tigelas de fogo, panelas, almotolias, tachos, infusas, pratos, canos para telhados, servidores, malgas, escudelas; sabera enfornar, vidrar e coser. Sabera fundir o chumbo, moer a areia e deitar o cobre por seu peso.»

Para o oficial de louça branca, as exigências são maiores; Saberá fazer uma almofia de boticário «que leve meio alqueire de qualquer coisa que lhe botarem.

Almofia grande de pé

Prato grande que se chama galinheiro

Albarrada de canada de água

Toda uma botica com suas redormas e botões e panelas que levem até arroba.

E saberá enfornar, vidrar e cozer.»

O estatuto social do oleiro era, em pleno séc. XVII, de pouca relevância, como foi dito; trata-se de um artesão consentido a dentro das muralhas, ainda no séc. XVI, mas logo nos primeiros anos de seiscentos as tendas começaram a alinhar-se junto ao rio, com os seus fornos à ilharga e os barreiros alimentados com matéria prima de Cioga, Adémia, Póvoa, Anobra e S. Martinho, metidos em aberturas cavadas no chão. Paveias de mato e lenha miúda ocupavam pequenas áreas circundando a tenda ou permanecendo sob a alpendurada em tempo de invernia. O barro era pisado e cortado com a cega, escolhido à mão aberta e talhado com foice ou lâmina de ferro obtendo-se a partir daí os

pelões que, fixados na roda, com engenhoso trabalho de pés e mãos, e a ajuda da cana, haveriam de produzir as peças; louça verde que, estendida em tábuas, ia ao sol e mais tarde ao forno para a primeira cozedura.

Os odreiros viviam, na zona das tendas, ocupando área próxima de lagares e moendas. E foi Domingos Fernandes, odreiro, quem no início do século, mais precisamente em 1601, fiou a Diogo Vaz, oleiro. Este, na devassa que então ocorreu em Coimbra «foi colpado e pernunciado a prizão por constar da dita devassa entrar em hua casa de Martim Gonçalves, nesta cidade, *em tempo que nela não avia gente* no Ano de noventa e nove (1599) e arrombara com outros de companhia as portas della quebrando fechaduras e levando da dita caza, vinho e azeite».

O fiador de Diogo Vaz, Domingos Fernandes, hipotecou «hua morada de cazas nesta cidade na Rua Direita, prazo de Santa Justa, a quem se paga 120 réis em dinheiro e hua galinha de foro cada ano e que vallem 50 mil réis». Testemunhou o acto o oleiro Sebastião Luís.

Mas a devassa atingiu ainda outros conhecidos oleiros. Manuel Baptista e Pedro Dias, irmãos, foram também condenados.

Novamente Domingos Fernandes, agora mencionado nos autos como «mididor dos azeites» se apresentou a dar fiança por ambos «por constar entrarem em duas casas de noite e arrombarem as portas dellas quebrando fechaduras e levando dellas vinho e azeite de ambas as cazas que eram de Martim Gonçalves e Jerónimo Fernandes».

O fiador obrigava seus bens «para efeito de se poderem livrar soltos e hipotecava hua morada de cazas na Rua de Alvaiázere valendo 40 mil réis e um olival à Fonte do Bispo, prazo da Sé, de que pagava cinco alqueires de azeite à safra, e disse valer também 40 mil réis». Bastião Luís, oleiro, testemunhou uma vez mais. Com estas atitudes de roubo e violência provocadas pelo clima de peste e de escassez, os oleiros criaram uma imagem de classe pouco ou nada favorável.

Um contrato de partilhas de 1618 fala-nos «das casas do canto da Rua dos Sapateiros em que vive e vende louça Domingues Pires, sapateiro; e mais a parte de cazas donde vive Manuel Baptista, oleiro, que fica para a parte do forno que é dos herdeiros de Manuel Andre que deos tem». Ao que parece, Manuel Baptista, um dos condenados na devassa de 1601 viveria junto da Praça Velha, do lado da igreja de S. Tiago, em casa alugada e forno igualmente de aluguer. De reter a circunstância de que os sapateiros poderiam interferir no mercado da louça, actuando como intermediários.

Pero Nogueira, outro malegueiro seiscentista de louça branca, ocupava casa junto da Rua que vem de Santa Cruz, ao fundo da Rua da Moeda e aparece-nos a testemunhar procurações de barqueiros, tratantes e portageiros. E mesmo o oficial de azulejaria Simão Alvares (1674) vivia em huas casa na Rua das Mostardeiras que vai da porta principal de S. Bartolomeu para o Cais e pega com o forno que foi do bacharel Francisco Sousa.

João de Paiva, oleiro e morador nas olarias faz um contrato com o seu cunhado António Simões, praticante na botica do hospital real para efeito de lhe largar humas moradas de cazas e tendas de oleiro em que ele João da Paiva vive, por preço de 40.000 réis.

E já nos finais do século Maria Correia, viúva que ficou de Manuel Gomes sapateiro, entrega procuração a Manuel André, o velho, oleiro e seu pai que vive na Rua João

Cabreira, sendo testemunha José Dias, também oleiro. As ligações familiares, como sugere a documentação, eram estabelecidas a nível de profissões pouco nobilitadas.

Muitos destes homens humildes e analfabetos atingiam com dificuldade os estratos médios da sociedade; *alguns assinavam com mediana desenvoltura*, especialmente os malegueiros, os pintores e os que aceitavam e produziam obra de encomenda. Mas as dificuldades económicas são óbvias para esta classe laboriosa de artesãos e artistas.

António Cordeiro, viúvo, morador na Rua da Gala, oleiro de louça branca, estabelece em 1683 com Bartolomeu Lopes da Silva por tempo de hum ano e pelos mais, um contrato de 40.000 réis à razão de juros de 6 1/4 por cento, dinheiro que ele recebeu em boas moedas de prata em vida de sua mulher «para se desempinharem de alguns empenhos que tinhão. Pedia renovação do contrato e hipotecava uma vinha na Palheira sem estar obrigada mais que a esta dívida. Testemunham um sapateiro e um barbeiro».

Em 1684 Domingos Simões oleiro e sua mulher Maria Páscoa, vendem a Maria dos Anjos, solteira, uma vinha por 28.000 réis.

A pequena olaria está de facto a sossobrar nos finais do século, ou melhor, encontra-se na transição ou viragem para um novo processo de desenvolvimento e afirmação.

Apesar de tudo, e é notável realçar este facto, a importância da faiança acentua-se neste século pelo aparecimento das fábricas ou tendas de João Gomes e António Gomes onde já se pintava louça, em barro fino, tendo este último jurado aos 16 de Setembro de 1647 no seu ofício de malegueiro «fazer verdade ao povo» (AMC, Registo, tomo XXX, fl.33).

Em registos paroquiais citados por J.M. Teixeira de Carvalho são referenciados os pintores Manuel Antunes, em 1628; João Correia, em 1639; Diogo da Silva, em 1645; António Simões em 1648 e outros dez que sabemos terem morrido entre 1643-1698.

São eles:

- Jerónimo de Oliveira
- António João
- António Pinto
- Manuel Marques
- José Carvalho
- José Fernandes
- Manuel Gomes
- Salvador Carvalho
- Manuel Leal
- António Pinto

As tintas utilizadas por estes artistas eram obtidas de óxidos de chumbo; verde, amarelo, azul ou vinoso, e os barros provinham de Trouxemil, Póvoa do Bordalo, Alcarraques, Antuzede e Adémia. Dir-se-ia que tais homens criaram um estilo, adquiriram conhecimentos, estabeleceram padrões e dignificaram a mais nobre e longínqua de todas as artes que pode bem tomar alicerces no percurso longo e lato das viagens portuguesas, nos contactos com o oriente com a Índia, com a China, o Japão, a Pérsia com os novos mundos que ao mundo de novo entregámos com riscos, violências e sem cuidados. Mas chamemos aqui um só testemunho. O breve registo da graça e leveza na louça de Coimbra torna-se historicamente símbolo de antigo contacto e aquisição, mais que assumida legenda de gosto e universalidade.

Frei Gaspar da Cruz, no seu «Tractado em que se côtam muito por esteso as cousas da China» e que temos a ventura de possuir nos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade, diz a pag. 34 e seg.: «e como quer que também a porcelana seja de barro comumque se usa por toda a terra da China e por toda a Índia; todavia há muita porcelana grossa e outra muito fina, e há algua que nã é lícito vender-se comumente, porque só usam dela os regedores por ser vermelha e verde, e dourada e amarela: vende-se algua desta e muito pouca e muito escõdida. E porque há muitas opiniões entre os Portugueses que nam entravam na China sobre onde se faz a porcelana e acerca do material de que se faz, dizendo hus que de cascas de ostras, outros que de esterco muito tempo podre, por nam serem enformados da verdade, perece-me *conveniente cousa* dizer aqui ho material de que se faz cõforme à verdade dita pelos que o viram.

O material da porcelana he hua pedra branca e mole, e algua he vermelha, que nam é tão fina, ou pera milhor dizer, he um barro rijo, ho qual depois de bem pisado e moído e deitado em tanques de água, os quaes eles tem muito bem feitos de pedra de canteria, e alguns engessados, e sam muito limpos; e depois de bem envolto na água, da nata que fica de cima fazem as porcelanas muito finas: e assi quanto mais abaixo, tanto são mais grossas, e da borra do barro fazẽ huas muito grossas e baixas de que se serve a gente pobre da China. Fazẽ nas primeiro deste barro, da maneira que os oleiros faze outra *qualquer louça*, depois de feitas as enxugam ao sol, depois de enxutas lhe põem a pintura que querem de tinta de anil que he tam fina como se vê;

depois de enxutas estas pinturas, põe-lhe o vidro, e vidradas, cozem-nas».

Quanto aos locais de venda, esclarece o autor quinhentista:

«As principais ruas dos mercadores, sam as ruas mais principais que tem cubertos de hua banda e da outra:

he todavia o principal lugar da venda da porcelana nas portas das cidades e todo o mercador tem à sua porta hua tavoa em que tem escrito tudo o que na sua logea se vende».

E Frei Gaspar da Cruz anota com redobrado esmero e espírito de observação:

Os chineses «sam comũmente muito engenhosos e sotis de mãos. Tem muitas envenções em toda obra: principalmente na obra de marcenaria e de dibuxo: e em pinturas sam bõs pintores, principalmente de folhagẽs e passaros como se pode ver nos panos que a nós vêm da China».

E o religioso cronista vai-nos dizendo também que estão «saindo cinco ou seis naos carregadas de seda e de louça» para Lisboa.

O mais espantoso é que Duarte Nunes de Leão (1599) ainda no séc. XVI anuncia as excelências dos púcaros e louça portuguesa, citando os vasos para beber de Lisboa, Montemor, Sardoal, Pombal e Estremoz e acrescentando:

«& assim sam estes vasos taes, que os naturaes da Índia e de outras partes os mandão pedir a Portugal, e lhos mandão por mercadoria.» (Drescrição de Portugal, Lx-1785, pag. 111).

Manuel Severim de Faria em Notícias de Portugal (1655) adiantou igualmente:

«na fermosura, & perfeição podem competir as perçolanas de Lisboa com as do Oriente»; e referindo-se a um oficial de Talavera instalado na capital: «& imitamdo-o outros officiais, cresceo a mercadoria de maneira, que não somente está o Reino cheo desta louça; mas vai muita de carregação para fora da Barra».

O testemunho irrecusável de ambos os autores significa que os portugueses são realmente dotados para, sobre a roda, criar e recriar o seu próprio futuro embora a preparação , em termos de cultura literária, seja de todo em todo rudimentar.

As mãos serão mesmo, em Portugal, uma forma de perfectibilizar a própria mente. E recebido o estímulo de Talavera, da Itália, da Índia, a resposta não se fez esperar. Do oriente começou em breve a chamada; e a louça, por bem imitada, e mais barata, impõe-se e sulca as rotas da especiaria. As próprias colónias de portugueses espalhadas pelo oriente, vivendo a pátria, tentam encurtar a distância recebendo carregamentos da louça de desenho miúdo.

Cremos ter sido de facto, o Oriente a nossa grande escola em singularidade de formas, no grafismo cromático, nos elementos zoomórficos ou fitomórficos que constituem o ornato de grande parte dos modelos, onde o «aranhão» assume um carácter de permanência: ele simboliza a justiça, a sabedoria, a longevidade e vai introduzir-se no tecido, na renda, na tapeçaria, na azulejaria e mais tarde no ferro forjado, artes de que a bela cidade de Coimbra tanto se poderia orgulhar se a protecção e a consciência dos valores ultrapassasse definitivamente o perturbador, obscuro e oficializado domínio da retórica.

Maravilhosa e frágil, exótica, delicada e primorosamente concebida pelos oleiros seiscentistas, a louça de Coimbra sai pela barra da Figueira rumo ao mundo e marca, em azul, uma documentada presença em colégios, mosteiros e conventos como o de Santa Cruz e S. Jerónimo, S. Paulo, Santa Clara, Santa Ana, Celas ou Lorvão. Sobre pratos de guardanapo, covilhetes, almofias, ceirinhos e outros engenhosos e artísticos vasos, iam à mesa as carnes com todos os adubos, a pescada, a lampreia, a lagosta, o queijo, frutas mais variadas, os bolos e doces: o manjar branco de Celas, a nabada de Semide, os pasteis de Tentúgal, as queijadas de Pereira, o açúcar rosado, o caramelo, o alfenim, as amêndoas, as castanhas doces, as ameixas de conserva; as argolinhas, o massapão, os ovos reais.

As peças de barro trabalhadas na roda e habilmente guarnecidas e policromadas na tenda do oleiro serviam, em amarelo e azul celeste, esta arte das artes que exigia, para além do açúcar e de excitantes misturas, o concurso das rendas, da cor, da música, do verso, da graça, do espírito, da finura, da imaginação e do pecado.

O pratinho e a pelangana eram o apoio e suporte levado em mãos polidas de discretas e açafadas, contendo o erotismo, o açafrão, as natas doces, as tentações do demónio nas tardes sensuais do Tabor Conventual, centro místico do freiratismo, graça plena de outeiros e abadessados.

Os frades, confessores ou músicos, tinham sempre a mesa posta no convento. Nuno da Conceição, lente de música na Universidade de Coimbra (1691) nos finais do séc. XVII, subia a Santa Clara e punha a irmã conserveira ou refeitorária em grande actividade, procurando a melhor louça pintada e os mais suculentos manjares: Santa Clara tinha o seu oleiro privativo, tal como o tinham os regrantes de Santa Cruz, e os saborosos manjares ganhavam nova atracção aos olhos dos tranquilos visitadores da grade, quando depositados na bela louça, encomenda de nobres, abadessas e frades.

Um poema satírico da época traça de Frei Nuno o seguinte perfil:

«São conhecidos intentos
Quando aos Conventos chegais
que hides aos convites mais
do que hides aos Conventos;
Logo sem mais comprimentos,
confortais o grande peito
e saindo deste geito
das grades, onde assistis
feito Papa não sahis
mas sahis com o papo feito
Compondes solfa, e folias
para as Comédias de freiras,
ellas descompoem as feiras
para vossas comedias;
ha trocas todos os dias
de papas e de papeis»

Estas primorosas refeições eram servidas em pratos de Delft, Génova, Nápoles e muito principalmente em peças de origem espanhola que entravam, em abundância no mercado português ao tempo de Filipe II. Pela Espanha entrou igualmente o barroco e podemos considerar que a louça de Coimbra é, pela decoração e forma, eminentemente barroca. Há de facto, um horror ao vazio, no pictórico de seiscentos.

Muitas peças de louça pertença de conventos de freiras - estamos a lembrar o de Lorvão - descrevem cenas galantes ou eróticas, evocam os cinco sentidos e avançam mesmo com a temática arrojada do amor lésbico.

Em ambientes palacianos a prata das baixelas coexistia com a alacridade do barro pintado, tendo a porcelana tomado mesmo a dianteira em evidente compromisso com a nova realidade económica, tão agravada pelo clima de instabilidade, decadência e depreciação monetária. Abundam os castiçais vidrados, bacias, gomis, tachos de 3 asas, púcaros imitando a ourivesaria, trabalhados *pratos esponsalícios*, *de comunidade*, ou *de bom despacho*, com cenas de caça e ostentando os brasões e os apelidos dos Pintos, Botelhos, Castros, Sousas, Aguiares, Salgados, Limas, Melos, Carneiros, Abreus, Vales, Guimarães, Ferreiras, Tavares, etc. .

O povo recebia dos oleiros louça modesta e prática:(1573) talhas, cântaros, alguidares, quartas, infusas, cabaças, púcaros para beber com o seu alguidarinho para debaixo e texto, panelas, almotolias, privados, tijelas, vieiras (para candieiro), potes para azeite, pequenas talhas, fogareiros, assadores de castanhas, bacios para assar carne, etc. .

Carolina de Michaelis regista 141 peças tradicionais fabricadas em Portugal em *Algumas palavras a respeito de púcaros de Portugal.*

Os malegueiros vidravam algumas destas peças e representavam um grau superior do ofício. Nas mãos deles, mais subtis e intruídas, nasciam pequenas e frágeis maravilhas.

Quanto a peças grandes, para azeite, produzido e comercializado em Coimbra nesta época, vinham de longe, trazidas por mercadores, almocreves e carreiros como denuncia o *arrendamento da renda de S. Silvestre em 1679.*

Estabelece o contrato que *depois desta acabar*, o rendeiro «daria conta das caldeiras de cobre novas dos lagares, três chaves novas, hum potte grande sevilhano de 70 alqueires, três potes grandes de Tomar que levarão todos três 150 alqueires de azeite, mais dous potes de Tomar que levarão cada um 25 alqueires, mais 6 potes de Tigelo que levarão 25 alqueires.

Todos estes potes estão sanos», acrescenta cuidadosamente o registo.

Sistematizando rapidamente:

- Poderemos dividir a cerâmica seiscentista em períodos esteticamente diferenciados:

- o que usa preferentemente técnicas e uma gramática estilística tipicamente oriental;

- o que é híbrido, com símbolos chineses e portugueses utilizados na mesma peça. Abas e centros de pratos com brasões, animais, figuras aladas, etc. ;

- o período em que se esbatem e simplificam os símbolos chineses sobretudo *o aranhão*, e apresenta motivos relacionados com trajos, pesca, cenas da vida familiar;

- o quarto e último chamado *três contas* e ao qual poderemos chamar de estilo nacional.

Todas estas simplificadas e simplificantes divisões terão a ver com os problemas de afirmação nacional que se traduziram por instabilidade e revolta popular a partir das primeiras décadas de 600.

As pequenas maravilhas criadas por alguns oleiros e pintores de Coimbra serão, segundo o cremos, não só de inspiração exterior como de orientação e encomenda dos próprios consumidores, do mecenato muito ligado a instituições religiosas. A procura situa-se a nível conventual e não é raro conventos e mosteiros possuirem olarias e oleiros privativos. O trono e o altar fornecem padrões, ditam orientações e apontam esquemas. A codificação imperava no séc. XVII como forma de domínio, coarctando a liberdade, vigiando com extremo cuidado a própria actividade artística.

Oleiros e pintores tentariam muitas vezes a evasão e a fuga aos rígidos princípios estabelecidos. E por isso nos aparecem os temas sensuais, eróticos ou burlescos tratados sobre as peças e recolhidos muitas vezes em conventos e habitações palacianas. Era a tentativa da livre criação, da crítica aos costumes, do exame a uma sociedade de antagonismos e paradoxos. Podia mesmo exprimir-se em iconografia religiosa pouco ortodoxa. Mas a fogueira inquisitorial estava bem atenta e por vezes arderam nela artesãos ligados à olaria. Entretanto, tão forte como a vida, ficou a obra; e essa não podemos perdê-la, mas agarrá-la; recriando formas novas ou revitalizando as antigas, procurando novas combinações e cores, nova técnica, novos caminhos chamando a atenção dos artistas para o valor de tudo quanto alegra e transforma, que esse é o sinal da arte, e sobretudo, mantendo, com o estudo e a reflexão conjunta, uma outra maneira de ver e de amar Coimbra.

Bibliografia manuscrita:

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra - Manuscrito nº 1015
- Manuscrito nº 1711

Arquivo da Universidade de Coimbra - Livros de notas de tabeliães do séc. XVII.

Bibliografia impressa:

QUEIRÓS, José - Cerâmica Portuguesa, 2ª edição corrigida e aumentada. Lisboa, s.n., 1948, volume 1.

MANSILHA, João de - História escandalosa dos conventos da Ordem de S. Domingos em Portugal. 1º edição, Lisboa: Livraria Antiga e Moderna de Francisco Maria dos Santos, 1901, 1 volume.

# CERÂMICA EM COIMBRA NOS FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (ACHEGAS PARA O SEU ESTUDO)

*Por: José Amado Mendes* ⋆

⋆ Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

A importância da cerâmica em Coimbra, no passado como no presente, é usualmente reconhecida. Porém, sobre a sua evolução, documentada ao longo de vários séculos, ainda não dispomos de um estudo global e completo, não obstante os diversos e valiosos contributos a que já podemos recorrer. Justifica-se assim que divulguemos alguns dos resultados da investigação efectuada neste domínio, dando deste modo a nossa humilde comparticipação às *Jornadas* ora efectuadas. Daremos particular atenção aos aspectos económico-sociais.

## 1. *TRADIÇÃO DA CERÂMICA EM COIMBRA: BREVE RESENHA*

Não é fácil conhecer as origens da actividade cerâmica em Coimbra, que certamente antecedeu a formação da própria nacionalidade. Documentos escritos referenciam-na em meados do século XII (1145) (1) e começos do século XIII (1203 e 1213) (2), podendo pois falar-se de uma longa tradição de mais de oito séculos.

Do período que decorre até ao século XV, são escassas as informações conhecidas. Posteriormente, a documentação com referências à cerâmica em Coimbra torna-se mais abundante (3), sendo possível avaliar mais facilmente o seu desenvolvimento. São marcos significativos o aparecimento da faiança e da profissão de pintor de louça. Quanto à faiança, julgamos poderem datar-se os seus inícios - provados documentalmente - dos fins do século XVI, confirmando deste modo a suposição do Professor Joaquim Martins Teixeira de Cravalho, que todavia só encontrou provas documentais respeitantes ao início do século XVII (4). Baseamo-nos na alusão a Manuel Bernardes, *malgueiro de louça*

1 - A.A.Gonçalves, ***Breve noção sobre a história da cerâmica em Coimbra***, em Charles Lepierre, ***Estudo chimico e technologico sobre a ceramica portugueza moderna***, Lisboa, p. 1899, p. 223.

2 - Adelino António das Neves e Melo, ***Apontamentos para a história da ceramica em Coimbra***, Coimbra, 1886, pp. 18-19.

3 - Ver profissões relativas ao ramo em :***Sisa de 1567*** e ***Sisa de 1599***. Leitura e nota por Armando Carneiro da Silva. Septs. do «Arquivo Coimbrão», vols. XXV, 1970, e XXVI, 1973, ***passim***; António de Oliveira, ***A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640***, vol. I, Coimbra, 1972, pp. 337 e 340; M. Lopes de Almeida, ***Artes e ofícios em documentos da Universidade***, 4 vols., 1970-1974, ***passim***.

4 - J.M. Teixeira de Carvalho, ***A cerâmica em Coimbra no século XVI***, Coimbra, 1921, pp. 128 e 158. Trabalho resultante da modificação do primitivo texto aparecido na «Revista da Universidade de Coimbra», vol. VI, 1917, pp. 183-241 e 422-468; vol. VII, 1918, pp. 127-167, cuja publicação havia sido entretanto interrompida.

*branca* (5), que, de acordo com a Sisa de 1599, pagava 400 réis (6). O ofício de pintor de louça, por seu turno, aparece em vários documentos da primeira metade do século XVII (7). Na segunda metade deste, já a maior parte de louça expedida pela barra da Figueira provinha das fábricas de Coimbra, tendo-se depois (1701-1758) verificado um substancial aumento na saída de louça coimbrã por aquele porto, a qual se destinava ao Algarve, aos Açores e Madeira e também à Inglaterra (8).

Mas foi no último quartel do século XVIII que a cerâmica da Lusa Atenas entrou num «período de incomparável brilho e actividade», como escreveu António Gonçalves (9). A ele ficaram indissociavelmente ligados dois nomes famosos: Domingos Vandelli e Manuel da Costa Brioso. O primeiro fundou uma fábrica de louça (10) no Rossio de Santa Clara (1784), vindo a criar um tipo de faiança característico, vulgarmente conhecida por «louça vandel», tendo-lhe sido concedidos privilégios diversos para a exploração da mesma. Vários autores se lhe referem, devendo-se um dos últimos contributos para q estudo da actividade de Vandelli neste domínio à Sra. Dra. D. Lígia Cruz (11). A acção do segundo, menos conhecida durante muito tempo mas não menos importante, foi posta em destaque por alguns estudiosos, como A.A. Gonçalves (12) e José Queirós (13). Encontrámos uma referência à fábrica da viúva de Manuel de Jesus (?) Brioso (14), provavelmente descendente de M. da Costa Brioso. Mas não eram somente as fábricas de Vandelli e Brioso que então se localizavam em Coimbra, pois o seu número ascendia a 17, sendo 11 de louça branca e 6 de louça vermelha (15).

---

5 - Sublinhado nosso.

6 - Publicada pelo Sr. Armando Carneiro da Silva, sep. do «Arquivo Coimbrão», vol. XXVI, 1973, p. 14.

7 - J.M. Teixeira de Carvalho, *op. cit.*, pp. 131-132; António de Oliveira, *op. cit.*, vol. 1, p. 337.

8 - António dos Santos Rocha, ***Materiais para a história da Figueira dos séculos XVII e XVIII***, 2ª ed., Figueira da Foz, 1954, pp. 73 e 204-205.

9 - *Op. cit.*, p. 233.

10 - Cuja fama ainda se mantinha bem viva um século depois, como já acentuámos noutro lado, (***Para a história da indústria em Santa Clara***, in «Diário de Coimbra», suplemento à ed. nº 17058, 19-11-1980).

11 - Lígia Cruz, ***Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividadeem Coimbra***, Coimbra, 1976, pp. 28-37 e 91-99. Sep. do «Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra», vol. II, 1976.

12 - *Op. cit.*, pp. 233-239.

13 - José Queirós, ***Cerâmica Portuguesa***, 2ª ed., vol, I, Lisboa, 1948, pp. 159-161. Ver ligeira referência em Claude Frégnac, ***La faiance européenne. Le guide du connaisseur***, Friburgo, Office du Livre, 1976, pp. 213 e 235 (ilustração nº 343).
Podem apreciar-se várias peças da célebre faiança de Vandelli e de Brioso no Museu Machado de Castro, em Coimbra.

14 - Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), ***Governo Civil***, «Estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos», doc. de 1836.

15 - Manuel Dias Baptista, ***Ensaio de huma descripção fizica e economica de Coimbra e seus arredores***, in «Memorias Economicas da Academia real das Sciencias de Lisboa», t. I, Lisboa, 1789, pp. 292-293.

Como sucedeu em várias outras regiões do país com a indústria em geral nas primeiras décadas do século XIX, a cerâmica em Coimbra sofria os efeitos da concorrência estrangeira - quanto à louça de melhor qualidade - e das invasões francesas. Assim, das 14 fábricas existentes na cidade em 1813 - 9 de barro branco e 5 de barro vermelho -, 6 estavam em decadência, 5 estacionárias e só 3 progressivas (16). De notar que a mais afectada era a cerâmica de barro vermelho, visto nas 6 fábricas em decadência estarem incluídas as 5 desta louça.

A situação descrita pouco terá melhorado durante mais de uma década, a avaliar pela informação de A.A. das Neves e Melo (17), segundo a qual só em 1825 principiou a notar-se alguma tendência para aperfeiçoamentos, com a fundação de uma fábrica de faiança por Leandro José da Fonseca, na qual se realizaram alguns progressos. Veremos nos pontos seguintes como evoluiu esta indústria a partir de então, começando por analisar a estrutura dos estabelecimentos de cerâmica.

## 2. *ESTRUTURA EMPRESARIAL*

Na abordagem deste tópico, basear-nos-emos essencialmente no número de empresas e de operários. Acerca dos números que apresentamos, eles devem ser observados com precaução, em virtude da variação de critérios (18), das reservas de alguns empresários - do período focado - ao fornecerem dados para inquéritos e, obviamente, da maior ou menor credibilidade do autor ou autores da respectiva fonte. Todavia, trata-se de indicadores que reputamos de interesse, pois além de se aproximarem da realidade, permitem compará-los com outros, de diferentes períodos e/ou localidades.

Dos números colhidos e apresentados em quadro (Anexo), relativos ao longo período de um século e três quartos (1783-1958), podem tirar-se algumas ilações, das quais salientamos:

1.ª O facto de, até 1917, a cerâmica ser uma indústria de pequenas unidades fabris.

2.ª A reduzida variação no número de fábricas de faiança, que se mantém à volta da média, que é de 10 estabelecimentos, entre 1783 e 1907.

3.ª A superioridade numérica das fábricas de louça branca, em comparação com as de louça vermelha, excepto em 1907, data em que se regista igual número - 7 - numas e noutras. Porém, estes últimos dados merecem-nos algumas reservas.

4.ª O pequeno número de unidades de louça vermelha, que vai diminuindo ao longo de todo o século XIX, registando-se uma média de 4 fábricas, de 1783 a 1907.

---

16 - José Acúrcio das Neves, ***Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas, consideradas segundo os principios da Economia Politica***, t. I, Lisboa, 1814, p. 199. Transcrito, por exemplo, em A.A. das Neves e Melo, pp. 43-44.

17 - *Op. cit.*, p. 45.

18 - Seguindo a terminologia das fontes consultadas, adoptaremos a designação de «fábrica» para qualquer estabelecimento de cerâmica, independentemente das suas dimensões. Também usaremos a designação de «operários» para os trabalhadores do sector, englobando nos números apresentados, homens, mulheres e menores.

5.ª O aumento considerável do número de operários - no conjunto de todas as fábricas - nos anos de 1845 a 1907, que passa de 58 a 200, quase quadruplicando, ainda que com oscilações diversas durante esse período.

6.ª Em consequência da diminuta variação do número de fábricas e do citado aumento do número de operários, sobe a média destes por estabelecimento passando de 3,86, em 1845, para 14,28, em 1907 (19).

7.ª Finalmente, sobre os números de 1917 a 1958 - não comparáveis aos anteriores por respeitarem ao concelho e ao distrito de Coimbra - verifica-se o seguinte:

a) entre 1917 e 1958 deu-se uma redução de 14 para 13 no número de fábricas do concelho, por um lado, e o aumento do número de operários, por outro, que passa de 185 (média de 13,21 por estabelecimento), em 1917, para 1787 (média de 137, 46 por unidade fabril), em 1958:

b) no distrito, de 1934 a 1947, houve um aumento de 27 para 47 estabelecimentos, o que sugere a instalação de diversas unidades nos restantes concelhos do distrito de Coimbra.

Conjugando o que fica exposto com outros elementos, fácil se torna concluir ter-se a faiança em Coimbra guindado a uma posição de relevo nos séculos XVII a XIX, com a consequente subalternização da louça de barro vermelho. Num trabalho publicado em 1905, pode ler-se: «Nos princípios do século passado era de quatorze o número de fábricas de cerâmica em Coimbra, entrando neste número o de cinco de louça entrefina vermelha; hoje existem doze, sendo onze de faiança ordinária branca e uma de telhões, tejolo e manilhas para canalizações, tendo desapparecido completamente o fabrico de louça entrefina vermelha» (20). Se bem interpretamos este testemunho, a louça entrefina vermelha, antecessora da faiança e sua concorrente durante mais de dois séculos, fora eliminada da cidade durante o século passado, ficando o barro vermelho reservado para a cerâmica de construção, a qual viria anos mais tarde a receber novo alento, com a fundação de uma unidade fabril em Taveiro (21).

Do aumento do número de operários - global e por unidade industrial - pode deduzir-se ter havido um progresso correspondente na produção, pois o outro elemento susceptível de a aumentar velozmente - a força motriz - esteve ausente das fábricas de cerâmica em Coimbra e seu distrito até final do século XIX, o que constituía caso excepcional em relação aos distritos do Porto, Aveiro, Leiria e Lisboa (22).

### 3. *CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE E SEU SIGNIFICADO*

Na transição da indústria da fase pré-capitalista - manufactureira e artesanal - para a fase capitalista - maquinofactureira e fabril -, a constituição de sociedades, nas suas

19 - A média das médias de 1845 a 1907 foi de 10,67.

20 - *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª circumscripção dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, 1905, pp. 78-79.

21 - Foi a «Fábrica Cerâmica de Taveiro», cujos trabalhos de construção foram iniciados em 1926 (ver *Fábrica Cerâmica de Taveiro*, em Manuel Ayres Falcão Machado, *Fábrica de Cerâmica Estrela de Alva. Meio século ao serviço da economia nacional. 1904-1954*, Coimbra, 1954, p. 94..

22 - Ver quadro transcrito por Charles Lepierre, *op. cit.*, p. 23.

diversas formas (23), tornou-se um fenómeno vulgar e perfeitamente normal. Tratava-se, em última análise, de um aspecto da bem conhecida concentração industrial, nos vários sectores - humano, tecnológico, de instalações e de capital - que permitisse às empresas sobreviverem e expandirem-se.

Embora a cerâmica em Coimbra se tenha mantido com características de pequena indústria até aos anos 20 deste século, não lhe foi estranho o referido movimento de formação de sociedades. Assim, dois anos após a promulgação da Lei 22 de Junho de 1867, pela qual o processo de constituição daquelas ficou mais facilitado (24), deparamos com a firma José Júlio César & Filhos, proprietária de uma fábrica de louça situada na Rua da Moeda (nºs 87-89), que era uma das melhores de Coimbra. Produtos desta fábrica foram enviados às exposições internacionais de Londres (25) e do Porto, respectivamente em 1862 e 1863 - tendo sido nesta premiados - e causaram óptima impressão aquando das exposições realizadas em Coimbra em 1869 e 1884, às quais já tivemos oportunidade de nos referirmos noutro lugar (26). Há diversos testemunhos sobre a boa qualidade da faiança de José Júlio César & Filhos, algumas peças da qual imitavam os produtos ingleses (27). Na fábrica trabalhavam 16 oficiais, excluindo as pessoas necessárias para amassar o barro, conduzir a louça, etc. . Consequentemente, as suas dimensões estavam acima da média das suas congéneres coimbrãs, como é igualmente confirmado pelo extenso edifício que ocupava (28).

Ainda que a ritmo moderado, outras sociedades vão surgindo nas últimas décadas de Oitocentos, como as de Adelino Augusto Pessoa & Irmão (1873) (29), Guilhermina da Silva Rocha e António da Silva Rocha (1874) (30), Joaquim José Rodrigues de Sousa e Luís António dos Santos (1880) (31), Bento José da Fonseca e Filhos (1886) (32), Afonso Pessoa & Pimentel (1897) (33) e Cardoso & Ladeiro (1898) (34). Em 1899, 4 das 11 fábricas de cerâmica situadas em Coimbra eram exploradas por sociedades (35), enquanto em

---

23 - Em nome colectivo, em comandita e anónimas.

24 - Cf. Armando Castro, *A revolução industrial em Portugal no século XIX*, 3ª ed., Porto, Limiar, 1976, p. 81.

25 - Para a Exposição de Londres foram remetidos um vaso azul e branco dourado, um vaso branco dourado e jarras pequenas douradas (*O Conimbricense*, nº 849, 15-3-1862).

26 - *Exposições Industriais em Coimbra na segunda metade do século XIX*, in «Diário de Coimbra», 30-6-1980, 1-7-1980 e 3-7-1980.

27 - *Jornal de Coimbra*, nº 56, 9-9-1868.

28 - *O Tribuno Popular*, nº 1404, 21-7-1869.

29 - AUC, Tabelião (Tab.) Augusto Gomes Pimentel, livro nº 8, fls. 52v-53.

30 - AUC, Tab. Simão Maria de Almeida, livro nº 16, fls. 62v-63.

31 - No Retiro - Lages, freguesia de Santa Clara (AUC, Tab. José Lourenço da Costa, livro nº 14, fls. 42v-43v.

32 - AUC, Tab. José Lourenço da Costa, livro nº 44, fls. 10-12v.

33 - Dissolvida no ano seguinte (AUC, Tab. Joaquim António Rodrigues Nunes, livros nºs 33, fls. 65v-67, e 36, fls. 28v-29).

34 - AUC, Tab. António Francisco da Cruz, livro nº 61, fls. 46v-47v.

35 - Charles Lepierre, *op. cit.*, p. 120.

1905 havia o mesmo número de fábricas e 3 sociedades (36). Uma destas, que girava sob a firma Fonseca & Serrano e havia sido constituída no início dos anos 90, possuiu uma fábrica de faiança no Rossio de Santa Clara - que já esteve representada na Exposição ali levada a cabo em 1894 (37) - e viria a instalar uma nova unidade fabril na Estrada da Beira (na futura Avenida Navarro), a qual foi inaugurada em 1901 (38), tendo sido pedida autorização à Câmara Municipal de Coimbra para alterar a frontaria, em 1911 (39).

Na segunda e terceira décadas do nosso século, prosseguiu em Coimbra a formação de sociedades na indústria cerâmica, das quais destacamos: Rocha & Miguel (1912) (40), Barbosa & Cª (1914) (41), Manuel dos Santos Fonseca, João Gonçalves e António Francisco (1915) (42), Cerâmica, Lda. (1919) (43), Pessoa & Veiga (1920) (44), Cerâmica Mondego, Lda. (1921) (45), Lucas & Pereira (1923) (46), Sociedade de Porcelanas, Lda. (alvará obtido em 1924) (47) e A Industrial Decorativa de Coimbra, Lda. (1925) (48).

Comparando aqueles dois períodos, são detectáveis diferenças substanciais para a história da indústria em análise:

1.ª O número de sociedades formadas no primeiro período (1869-1898) foi de 8, enquanto no segundo (1912-1925) totalizou 9, não obstante este abranger 13 e aquele 29 anos.

2.ª No século XIX tínhamos formas simples de sociedade - em nome colectivo (49) -, Frequentemente constituídas entre membros da mesma família.

Subjacente à sua formação podem descortinar-se motivações diversas: o pai que associa à sua empresa o filho ou os filhos; os filhos que se associam após o falecimento do pai; ou ainda a necessidade de congregar capital e trabalho, personificado respectivamente num sócio capitalista - que entrava para a sociedade com o capital - e num sócio industrial - que apenas entrava com o seu próprio trabalho. O capital familiar representava na altura um importantíssimo papel.

3.ª No século XX (primeiro quartel), já aparecem alguns casos de sociedades mais evoluídas, entre indivíduos de diferentes sectores - comércio, indústria, profissões libe-

36 - *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica* [...], cit., p. 82.

37 - Cf. J. Amado Mendes, *Exposição da freguesia de Santa Clara em 1894*, in «Diário de Coimbra», 4-7-1980.

38 - *O Conimbricense*, nº 5563, 12-3-1901.

39 - Biblioteca e Arquivo Municipal de Coimbra (BAMC), *Requerimentos diversos*, 1911.

40 - AUC, Notário (Not.) Alberto de Serpa Cruz, livro nº 126, fls. 30-33v.

41 - Para exploração de uma fábrica de ladrilhos, na Rua da Moeda (AUC, Not. Joaquim Gaspar de Matos, livro nº 186, fls. 45v-47).

42 - AUC, Not. Alberto de Serpa Cruz, livro nº 141, fls. 26-29v.

43 - AUC, Not. Joaquim Ferraz Nunes Correia, livro nº 3, fls. 1-4v.

44 - AUC, *idem*, livro nº 14, fls. 33-34v.

45 - AUC, Not. Jaime Correia da Encarnação, Livro nº 22, fls. 18v-24v.

46 - AUC, *idem*, livro nº 44, fls. 80v-83.

47 - 2ª Circunscrição Industrial, Coimbra, processo nº 993.

48 - AUC, Not. Diamantino da Mata Calisto, livro nº 57-B, fls. 4v-7.

49 - Cf. Pierre Léon *et al.*, *Histoire économique et sociale de la France*, t. III, vol. 2º, Paris, PUF, 1976, p. 527.

rais, etc. -, sobrepondo-se aos laços familiares a preparação, a experiência profissional e a disponibilidade para investir capital.

4.ª Formam-se no final deste segundo período (em 1919 e 1923-24) duas grandes empresas - para o meio coimbrão -, as quais viriam a aplicar os progressos trazidos pela revolução industrial, com as vantagens e os inconvenientes inerentes a essa aplicação. Referimo-nos à Cerâmica, Lda. e à Sociedade de Porcelanas, Lda. . O capital social da primeira passa de 150 contos aquando da sua formação (1919) a 2.000 em 1924, vindo a ser reduzido três anos mais tarde para 400 contos.

5.ª Surge também agora um tipo de discurso a que não estávamos habituados, como se pode ver pela seguinte passagem dum requerimento dirigido à Câmara Municipal de Coimbra pela Cerâmica, Lda. , a fim de obter autorização para compor a estrada de acesso à respectiva Fábrica, à Estação Velha. «A *Cerâmica, Lda.* , sociedade que se constituiu em Junho do ano passado (1919) por verificar o grau de decadência a que chegou a indústria da cerâmica, de tão largas tradições nesta cidade, mercê da falta de protecção e da relutância na adaptação dos modernos processos, pretende insuflar-lhe nova vida, desenvolvendo-a em todos os ramos em que ela lá fora é aplicada, tais como: faiança, cerâmica de construção, de ornamentação e artística» (50).

Entretanto, também as pequenas empresas se iam tentando adaptar - ainda que com dificuldades - aos novos tempos, de acelerado progresso tecnológico e agressiva concorrência. Certamente com esse objectivo, cinco firmas de cerâmica (51) e um indivíduo(52), todos fabricantes de louça, constituíram uma sociedade em 1920, cuja sede ficou instalada na Rua da Moeda - no pátio do prédio da firma Campos & Irmão -, ficando a denominar-se «Moagem Particular», a qual se destinava a moer todo o vidro e tintas necessárias para as fábricas de louça dos outorgantes (53). Este facto revela, do nosso ponto de vista, a necessidade sentida pelos proprietários das seis fábricas de se autoabastecerem quanto à moagem de vidro e tintas, libertando-se dessa forma da dependência relativa de uma fábrica de moagem mista (de cereais, vidro e tintas), como sucedera no final do século transacto (54), ou do estabelecimento de um industrial - Leonardo António da Veiga -, como sucedera durante parte dos primeiros 20 anos do nosso século (55).

## 4. *ARTIGOS FABRICADOS E SUA QUALIDADE*

4.1. Apesar da variedade de objectos de cerâmica produzidos, podemos distribuí-los por três grupos, a saber: os de louça comum, geralmente para uso doméstico, que englo-

50 - BAMC, *Requerimentos diversos. 1918-1920*, requerimento com o número 1008, datado de 6-7-1920.

51 - Campos & Irmão, Serrano & Fonseca, Pessoa & Veiga, Fonseca & Companhia e Oliveira & Victória.

52 - Luís Alves.

53 - AUC, Not. José Ferreira Figueiredo dos Santos, livro nº 234, fls. 97-99v.

54 - *O Conimbricense*, nº 4268, 21-7-1888.

55 - AUC, *Governo Civil*, «Estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos», processo nº 68.

bavam a faiança grossa e alguma louça de barro vermelho; os da cerâmica de construção, na sua maior parte de barro vermelho; os de faiança fina, de louça decorativa e artística.

Entre os artigos de louça comum que, segundo José Queirós (56), havia atingido relativo desenvolvimento, há referências a terrinas, travessas, pratos, tijelas, tijelões, canecas (57), bacias de barba, seirinhas grandes, tacinhas, pratos e malgas, pelanganas, picheiras, saladeiras, (58), etc. . A louça comum de barro vermelho que, como vimos, já não se fabricava em Coimbra em 1905, tinha ainda nesta data uma pequena oficina na freguesia de Santa Clara - ao tempo considerada suburbana (59) -, ao cimo da azinhaga denominada Cano dos Amores, onde se fabricavam quase exclusivamente tigelinhas para *manjar branco*(60). Com uma produção de 72.000 tigelinhas por ano - vendidas a 16$000 réis cada milhar -, ali se fabricavam igualmente, por encomenda, alguns telhões vidrados e tijolos. No entanto, também esta oficina estava condenada a deixar de laborar a curto prazo, já que nela apenas trabalhava o seu proprietário, que contava 63 anos de idade (61).

Da cerâmica de construção temos alusões a telha e telhões, tijolo, ladrilhos, azulejos, cifões, manilhas, balaústres (62), etc. . Devido, entre outros factores, a um certo desenvolvimento da construção civil nos últimos anos do século XIX, a produção desta cerâmica em Coimbra tornara-se insuficiente, havendo por vezes necessidade de recorrer também aos subúrbios - por exemplo, à Cegonheira e à Quinta do Arcipreste, freguesia de Antanhol (63) - ou mesmo a localidades mais distantes, como a Figueira da Foz (64). Foi o que se passou com a construção dos Paços do Concelho, no referente a telha e tijolo, de que foram adquiridas diversas quantidades a indivíduos daqueles locais, por 1879 e em 1880.

Em relação à faiança fina, na qual se incluia a famosa louça *vandelli*, fabricavam-se artigos variados, coincidindo o nome de muitos deles com os já mencionados de faiança grossa, pelo que não os repetiremos aqui. Contudo, além dos objectos de uso comum - pratos, tigelas, terrinas, etc. -, surge-nos uma gama de outros, destinados fundamentalmente à decoração. Assim, podemos mencionar: jarras com asa, caixa de sabonete, vasos para flores, pratos de paisagem e cordão, vaso azul e branco dourado, vaso branco dou-

---

56 - *Op. cit.*, vol. I, p. 164.

57 - *O Conimbricense*, nº 4245, 1-5-1888.

58 - AUC, Tab. José Lourenço da Costa, livro nº 44, fls. 10-12v.

59 - Cf. nosso artigo sobre a *Exposição da freguesia de Santa Clara em 1894*, cit. .

60 - Doce muito antigo e apreciado, feito inicialmente no Mosteiro de Celas, cuja influência deve ter sido decisiva para que o *manjar branco* confeccionado em Celas fosse considerado o melhor de Coimbra ainda no final do século passado (Agostinho Rodrigues d'Andrade, *Chorographia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, 1896, p. 56).

61 - *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª Circumscripção dos Serviços Technicos da Industria*, cit., pp. 83-84.

62 - *Idem*, p. 83; A.A. das Neves e Melo, *op. cit.*, p. 49.

63 - BAMC, *Arrematações e arrendamentos*: vols. XV, 1879-1880, fls. 95-95v.; XVI, 1880--1882, fls. 6-6v.

64 - Recorreu-se à tijolaria da Empresa Industrial e Mineira do Cabo Mondego (*Estudos sobre o districto de Coimbra*, in «Portugal Pittoresco», vol. I, nº 9, Setembro de 1879, p. 137).

rado, jarras pequenas douradas, etc.. Estes e outros objectos foram enviados pelo já nosso conhecido José Júlio César para a Exposição Universal de Londres e Geral de Lisboa, em 1862 (65). Numa outra fábrica, localizada na Rua João Cabreira, encontrava-se em 1886, além de louça grossa, a seguinte louça fina - parte da qual já vidrada e pintada -, cujos valores também conhecemos: 10 picheiras para vinho - 1£200 réis; 29 tigelões - 1£160 réis; 45 bacios - 1£800 réis; 4 sopeiras - 280 réis; e 64 sopeiras de tigela - 5£120 réis (66). Para se fazer uma ideia da diferença de preços entre esta e a louça de barro vermelho, veja-se o facto de os 29 tigelões serem avaliados em 1£160 réis, ou seja a 40 réis cada um, ao passo que as tijelinhas para *manjar branco* atrás referidas custavam 16 réis cada. Evidentemente que, para essa diferença, contribuía mais a qualidade que o respectivo tamanho.

4.2. Passando à qualidade da louça, as opiniões nem sempre coincidem. Isso é, aliás, perfeitamente natural, se se tiver em conta que aquelas eram condicionadas pela competência do apreciador, pelo seu conhecimento do meio cerâmico coimbrão e até mesmo pelos seus desejos ou interesses. São esses factos que, do nosso ponto de vista, permitem compreender as apreciações de tom marcadamente negativo ou positivo - aliás raras - e as mais equilibradas, que são o maior número. Como exemplo de apreciação bastante negativa, temos a que se encontra no *Inquérito Industrial de 1881*: «Os processos de fabrico são rudimentares. Os barros são mal amassados e mal preparados. Os operários e directores das pequenas fábricas não possuem nenhuma instrução profissional» (67). Este juízo sobre a cerâmica na cidade do Mondego viria a merecer dura crítica pouco depois (68), numa obra onde se pode ler uma opinião mais moderada e, por certo, mais próxima da realidade: «A louça de Coimbra, se não pode competir em perfeição com a de muitas fábricas do paiz, excede-a na modicidade do preço, e portanto na utilidade, porque aproveita às classes menos abastadas, que são as mais numerosas. Ainda assim, a faiança de 1.ª qualidade póde, sem vergonha para a indústria nacional, adornar a mesa do rico e do remediado; e a louça grossa, de uma barateza extrema, aproveita a todos, e é indispensável mesmo na cosinha do abastado» (69). Refira-se, a propósito, que a modicidade do preço era frequentemente indicada como uma das causas da grande procura que a cerâmica de Coimbra tinha em diversas regiões do país (70). Isto no tocante à louça de menor qualidade. Mas também era produzida a de primeira qualidade, como vermos por meio de alguns casos concretos.

Da fábrica de José Júlio César & Filhos - a que já aludimos - esteve presente na Exposição efectuada em Coimbra, em 1869, numa bela colecção que imitava a louça

65 - F.T. da Silva, *Catalogo dos productos enviados pela commissão districtal de Coimbra para a Exposição Universal de Londres e Geral em Lisboa, seguido d'alguns dados estatisticos relativos a diversas industrias*, Coimbra, 1862, pp. 59-60.

66 - Tratava-se da fábrica de louça branca arrendada pelo bacharel Samuel Fernandes Costa a José Augusto da Fonseca e Alfredo Augusto da Fonseca, todos fabricantes de louça (AUC, Tab. José Lourenço da Costa, livro nº 44, fls. 11).

67 - *Inquérito Industrial de 1881*, II parte, livro 3º, p. 227.

68 - *Exposição districtal de Coimbra em 1884. Revistas - Conferencias - Premios*, Coimbra, 1884, p. 68.

69 - *Idem*, pp. 68-69.

70 - Cf., por exemplo, *O Conimbricense*, nº 2975, 29-1-1876

alemã (71). Já no ano anterior, José Júlio César tinha oferecido algumas peças de louça - entre as quais não faltavam as tradicionais «tigela do frade» e «pelanganinha» - à Academia Real das Belas Artes de Lisboa, que foram muito consideradas. Em ofício dirigido por aquela instituição ao fabricante conimbricense, lê-se: «(...) permitta-me ainda que louve a feliz tendencia que vejo no seu fabrico de louça, manifestada na adopção de fórmas e ornatos nacionaes, sem busca de imitação estrangeira» (72).

Outro fabricante que produzia louça de boa qualidade era Joaquim Alfredo Pessoa (73). Diversos indivíduos da sua família estiveram ligados à cerâmica em Coimbra, constituindo uma «dinastia» de ceramistas e industriais de cerâmica de considerável reputação (74). Além do mais, dedicava-se ao fabrico do azulejo, que fornecia em 1869 ao preço de 15$000 a 40$000 réis o milhar (75). No final do século um descendente daquele industrial - Dr. Alberto Pessoa - dedicava-se à reprodução de azulejo hispano-árabe (76). Ainda dentro da família dos Pessoas, a firma Alfredo Pessoa & Filho mandou para a Exposição de Lisboa (1888) uma colecção de louça, da qual fazia parte um conjunto de 6 pratos, de fabrico muito apurado, sendo 2 deles inovação de Virgílio Marão Pessoa (77). Este artista e industrial de cerâmica, embora não conste da lista fornecida por José Queirós (78) - como sucede com vários outros -, em 1912 era proprietário de uma fábrica de louça localizada no Terreiro de Santo António, que arrendou à firma Rocha & Miguel Costa - então constituída -, na qual se encontravam, nessa altura, 13187 peças de louça fina e 3.097 peças de louça fina vidrada (79).

Leonardo António da Veiga, por seu lado, também produzia louça de primeira qualidade, tendo oferecido as 265 peças, que enviara para a Exposição de Lisboa (1888), ao Museu Industrial e Comercial daquela cidade (80).

Referindo-se à pintura desta louça - fina ou de Vandelli - escreveu Neves e Melo: «(...) toda a pintura é feita com estampilha» (81).

---

71 - *Idem*, nº 2289, 3-7-1869.

72 - Ofício transcrito n'*O Conimbricense*, nº 5733, 4-11-1902.

73 - Cf. *O Conimbricense*, nº 2289, 3-7-1869.

74 - Ver alguns elementos relativos a membros desta família em José Queirós, *op. cit.*, vol. II, p. 165.
Este facto, que também sucedeu com outras famílias como, por exemplo, a de Bento José da Fonseca e filhos (José Augusto, João Augusto e Alfredo Augusto), deve ter dado lugar a certa uniformidade no fabrico, como poderá ter sucedido no Porto, (cf. Vasco Valente, *Cerâmica artística portuense dos séculos XVIII e XIX*, Porto, s.d., pp. 23-24).

75 - Cf. *O Conimbricense*, nº 2294, 20-7-1869.

76 - Charles Pierre, *op. cit.*, p. 178.

77 - *O Conimbricense*, 4245, 1-5-1888.

78 - *Op. cit.*, vol. II, p. 165.

79 - AUC, Not. Alberto de Serpa Cruz, livro nº 126, fl. 32v.

80 - *O Conimbricense*, nº 4263, 3-7-1888.

81 - O uso da estampilha para a pintura da louça, segundo informa o mesmo autor, terá sido introduzido em Portugal em 1834 ou 1835; Na louça grossa ou de segunda qualidade «subsiste a pintura a esponja e o pincel, conservando-se ainda os antigos padrões, que representam geralmente aves exoticas de plumagem brilhante sobre um fundo de grandes fetos verdes » (A.A. das Neves e Melo, *op. cit.*, p. 48 e nota 1).

Para concluir este assunto, uma ligeira nota sobre a fábrica da Sociedade Cerâmica Antiga de Coimbra, o que se justifica tanto pela sua antiguidade como pelo facto de estar programada uma visita guiada àquela unidade industrial.

Pela tradição, a fundação da dita fábrica remonta ao século XVIII (82). Todavia, a documentação escrita mais antiga que conhecemos é de 1867. São duas escrituras de arrendamento (83), pelas quais ficamos a saber que a então denominada «Fábrica do Lagar» foi arrendada - por um período de 4 anos e pela renda anual de 120$000 réis - pelo seu proprietário. Leonardo Ferreira da Cunha, a Francisco António Maria de Sousa e a Francisco Ferreira Duarte. Pela segunda escritura, podemos conhecer o equipamento fabril nessa data, do qual destacamos um moinho de moer tintas, dois «moinhos de boi» com ferragem e pedras e quatro «rodas de trabalhar». Indica-se ainda a quantidade de louça que alí havia, designadamente tigelas, chicaras, pratos e meios pratos. Em 1896 a dita fábrica pertencia a Adelino Augusto Pessoa. Após o falecimento deste (84), um dos seus filhos e o genro, respectivamente Afonso Augusto Pessoa (85) e Manuel António Pimentel, adquiriram-na (86), constituindo seguidamente uma sociedade sob a firma Afonso Pessoa & Pimentel (87) - à qual já nos referimos - que a explorou durante quase dois anos (1897 e 1898). Dissolvida aquela sociedade em 1898 (88), a fábrica passa a pertencer somente a Afonso Augusto Pessoa, como certamente ainda sucederia em 1899 (89) e em 1905 (90). Depois de, provavelmente, ter estado fechada durante algum tempo (91), encontramos de novo referências a este estabelecimento industrial em 1914 e 1915,

82 - Conclusão a que chegámos partindo de duas referências à sua fundação, como tendo sido «há cerca de 200 anos» (na década de 50 deste século) e «há mais de 150 anos» (em 1946). A primeira indicação foi-nos gentilmente fornecida pelo Sr. Eng. Carlos de Oliveira Peça e a segunda consta de um documento da 2ª Circunscrição Industrial, do qual transcrevemos ainda o que se segue: «[...] pois é o que resta da afamada indústria cerâmica regional, trabalhando ainda por processos rudimentares. Os vestigios da antiguidade encontram-se no próprio moinho de galgas, para moer vidro, que era accionado por um animal, depois por um motor «Lister» de 6 c.v. nº 132, vistoriado em 13--5-1924, e por fim posto de parte para ser substituído por um cilindro accionado por um motor eléctrico de 5 c.v.» [20-6-1946]..

83 - Lavradas respectivamente a 27 de Março e a 13 de Abril de 1867 (AUC, Tab. José Maria da Silva Pereira de Melo e Albuquerque, livro nº 6, fls. 25-26; Tab. António de Pádua e Oliveira e António Maria de Oliveira, livro nº 48, fls. 75v-76v).

84 - Em 28 de Setembro de 1896 (BAMC, *Cemitério da Conchada. Registo de enterramentos.* 1896, fl. inum.).

85 - Que, como veremos adiante, fora nomeado para mestre da oficina de olaria da Escola Industrial Brotero.

86 - Por 3 800$000 (AUC, *Inventários orfanológicos*, 1896, maço 16, inv. com o nº 1306, de Adelino Augusto Pessoa, fl. 47v).

87 - AUC, Tab. Joaquim António Rodrigues Nunes, livro nº 33, fls. 65v-67.

88 - AUC, *idem*, livro nº 36, fls. 28v-29.

89 - Charles Pierre, *op.cit.*, p. 120.

90 - *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica*, cit., p. 82.

91 - O que se verificava em 1907, data da 1ª edição da obra de José Queirós, *Cerâmica portuguesa*, Lisboa, p. 430 (cf. 2ª ed., vol. II, Lisboa, 1948, p. 165).

datando deste último ano o alvará passado ao industrial António Cardoso de Carvalho, autorizando-o a efectuar a sua exploração (92). Em 1925 a fábrica de que tratamos já havia sido adquirida por Alfredo de Oliveira (93) - o que terá ocorrido em 1921 - e, por 1928, ter-se-á começado a fabricar, além de louça doméstica, faiança decorativa, cuja produção se intensificou a partir dos anos 40, para se tornar exclusivo por volta de 1963. Em 1942, pertencia à Viúva de Alfredo de Oliveira, D. Maria do Nascimento Almeida Martinho, e tinha dois fornos de cozer louça, uma moagem de vidrado e um motor eléctrico de 5 cv.. Em 1965 foi adquirida pela actual Sociedade Cerâmica Antiga de Coimbra. Mas, obviamente, sobre a sua história recente não podemos nem nos compete aqui tratar.

## 5. *MERCADO E RESPECTIVOS CONDICIONALISMOS*

A cerâmica fabricada em Coimbra tinha na cidade e povoações circunvizinhas um mercado de certa importância. Porém, ele era insuficiente para absorver toda a produção, pelo que parte da louça aqui produzida ia para outras localidades das Beiras, Alentejo, Algarve, Ilhas, África Portuguesa, Espanha e Brasil (94). O seu transporte efectuava-se por via terrestre, fluvial e marítima.

Desconhecemos a quantidade e o valor da louça vendida em Coimbra e para fora. Admitimos, no entanto, que nas muitas lojas de venda deste artigo existentes na cidade - 60, em 1879 (95) - fosse transaccionada uma grande parte da louça produzida (96).

De acordo com as informações que chegaram até nós, a cerâmica expedida pelos fabricantes de Coimbra tinha boa receptividade noutros mercados, o que se ficava a dever ao reduzido preço e à grande durabilidade. Para o norte de Espanha ia louça de Coimbra, assim como para Caminha (97), Porto, Lisboa e muitas outras terras. Se achamos exage-

---

92 - Data de um requerimento ao administrador do concelho, de António Cardoso Carvalho, solicitando a instalação de uma fábrica de louça na Rua Direita, nº 130. De acordo com o respectivo preceito legal, foi publicado edital na *Gazeta de Coimbra*, de 25-11-1914. A licença foi concedida em 26-6-1915 e o alvará a 22 ou 23 de Setembro do mesmo ano (AUC, *Governo Civil*, «Estabelecimentos insalubres, incómodos e perigosos», processo nº 99).

93 - Arquivo da Agência do Banco de Portugal em Coimbra, *Cartas. Expediente diverso. «País»*, 8, 1924-1925, fl. inum..

94 - Em 1862 (*Catalogo dos productos enviados* [...] *para a Exposição Universal de Londres* [...], cit., p. 62).

95 - *Estudos sobre o distrito de Coimbra*, in «Portugal Pittoresco», vol. I, nº 9, 1879, p. 137.

96 - N'*O Conimbricense* (nº 849, 15-3-1862) encontra-se uma interessante nota com o número de objectos produzidos anualmente, bem como o valor das matérias-primas e do combustível consumido e ainda o capital fixo das 9 fábricas que na altura havia em Coimbra. Em 1886, a produção anual das 11 fábricas - 9 de barro branco e 2 de barro vermelho - era calculada em 45 a 50 contos de réis (*O Conimbricense*, nº 4023, 13-3-1886).

97 - É possível que alguma da louça expedida pelo porto da Figueira da Foz para Caminha - de que se encontram testemunhos diversos em documentação da Biblioteca e Arquivo Municipal daquela cidade - acabasse por ser introduzida no país vizinho.

rada a afirmação de que em Lisboa e Porto só se consumia louça grossa de Coimbra (98), já aceitamos perfeitamente que a presença desta se tornasse incómoda para os fabricantes e comerciantes daquelas cidades, especialmente pelo seu módico preço. Parece-nos significativa, a este propósito, a deslocação (1898) de fabricantes do Porto a Coimbra - que depois seguiriam para Lisboa e outras terras do país - com o fim de proporem que fosse elevado o preço da louça (99).

Entre os vários factores que obstavam a uma maior expansão da cerâmica de Coimbra em termos de mercado - os menores dos quais não seriam a deficiente estrutura de pequena indústria, já analisada, e a escassez de capital -, destacaremos a concorrência e os meios de transporte.

A concorrência afectava-a na própria cidade, onde se vendia louça estrangeira - por exemplo, alemã e inglesa (100) - que muitas vezes obteria a preferência dos estratos sociais com maior poder de compra. Além disso, a progressiva introdução nos mercados da faiança fina ou meia porcelana ia atrofiando a venda da faiança grossa (101). Por último, a cerâmica de barro vermelho viu-se verdadeiramente ameaçada e, pode dizer-se, aniquilada - na sua antiga organização - com a instalação de novas e mais modernas unidades, designadamente na Pampilhosa (102) e no Cabo Mondego (103).

Os meios de transporte, por seu turno, apesar dos progressos de que foram beneficiando ao longo do período estudado, apresentavam limitações de diversa ordem. A rede de estradas, não obstante algumas beneficiações de que foi alvo a partir da Regeneração (1851), continuou a ser insuficiente para permitir as necessárias ligações, sobretudo com o interior (*médio* e *alto* distrito de Coimbra e Beiras). O caminho de ferro foi sendo instalado na região, mas lenta e deficientemente (104). A título de exemplo, veja-se o seguinte facto: ainda em 1905, o transporte da louça, de Coimbra para Viseu e seu distrito, era feito em carro de bois. É que, como o ramal do caminho de ferro de Viseu era de via estreita, tornava-se necessário fazer transbordo em Santa Comba Dão, o que obrigaria as fábricas de Coimbra a terem ali empregados, «(...) ficando por estes factos o transporte assim feito

98 - *O Conimbricense*, nº 4526, 17-1-1891.

99 - *Idem*, nº 5295, 13-8-1898.

100 - Cf. *O Conimbricense* (nº 530, 22-2-1859), no qual foi publicado um anúncio do negociante da «Praça de S. Bartolomeu», José António do Espírito Santo, que acabava de receber uma remessa da mencionada louça.

101 - Cf. *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica na 2ª Circumscripção* [...], cit., p. 86.

102 - Foi dado um alerta n'*O Conimbricense* (nº 4027, 27-3-1886), ao noticiar que se iria instalar na Pampilhosa uma fábrica de cerâmica, com máquina a vapor, que iria empregar de 150 a 200 operários - isto é, aproximadamente tantos como todas as fábricas do sector em Coimbra -, com grande prejuízo para os fabricantes de louça conimbricenses.

103 - Donde veio, como vimos, tijolo para a construção dos Paços do Concelho de Coimbra.

104 - Sobre os obstáculos que, no domínio material, dificultaram a execução do plano de melhoramentos dos transportes no século XIX, ver o trabalho do Prof. Jorge Borges de Macedo, *A problemática tecnológica no processo da continuidade República - Ditadura Militar - Estado Novo*, Lisboa, 1979. Sep. de «Economia», vol. III, nº 3, Outubro 1979, pp. 428-429.

(em carro de bois) muito mais barato e commodo, ainda que mais demorado» (105). E que dizer do assoreamento do Mondego - e da falta de água no mesmo em grande parte do ano (106) - e do porto da Figueira da Foz, com todos os inconvenienetes que daí advinham para a navegação? Trata-se de um assunto por demais conhecido e até actual para que seja necessário desenvolvê-lo aqui, além de que voltaremos a focá-lo em altura e local mais oportunos (107).

## 6. *INSTRUÇÃO PROFISSIONAL NO SECTOR DA CERÂMICA*

A instrução profissional do operariado português nos finais do século XIX e princípios do século XX deixava, em geral, muito a desejar. É sabido que foram levadas a cabo algumas iniciativas no sentido de modificar essa situação. Entre as de maior relevo contam-se: a criação e difusão das Escolas Técnicas Industriais pelo país, a partir de 1884; o envio de operários para o estrangeiro, a fim de estagiarem em diversas fábricas, no mesmo ano; as visitas a exposições internacionais e a elaboração de relatórios e estudos (108). Porém, os resultados foram na generalidade pouco animadores, continuando os testemunhos do princípio do nosso século a atestar um reduzido grau de instrução profissional dos trabalhadores da indústria, salvo raras excepções.

No caso concreto da cerâmica em Coimbra, o panorama não era mais animador. A instrução profissional era adquirida de forma essencialmente prática, nos próprios estabelecimentos industriais ao longo de vários anos, desempenhando a habilidade e imaginação dos operários papel preponderante, ainda que frequentemente prejudicadas pela carência de conhecimentos básicos e pela própria rotina.

As informações que colhemos (1886-1919) se, por um lado, nos permitem emitir a opinião expressa, por outro, também nos ensinam que havia na cidade de Coimbra quem tivesse perfeita consciência do problema que se esforçasse por solucioná-lo, sem que, no entanto, se conseguisse respostas satisfatórias do governo central. Assim, em 1886 (109) a Câmara Municipal de Coimbra deliberou criar, em complemento da Escola de Desenho Industrial Brotero, uma escola profissional de cerâmica com o nome «Escola da Princesa D. Amélia».

Foi aberto concurso para professor desta escola - que muito possivelmente prestou provas - tendo sido nomeado para o respectivo lugar ainda durante o mesmo ano de 1886 (110). Contudo, logo em Fevereiro do ano imediato aquela escola era extinta, não sem o protesto de dois vereadores, António Augusto Gonçalves e Rodrigues da Silva, que fize-

105 - *Estudo sobre o estado actual da indústria cerâmica* [...], cit., p. 82.

106 - *Idem*, p. 83.

107 - No trabalho *A área industrial de Coimbra (1867-1917)*, em preparação.

108 - Cf. J.M. Amado Mendes, *Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX*, in «Análise Social», vol. XVI, nº 61-62, 1980, pp. 45-51; reeditado sob o título *O século XIX em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais*, Lisboa, [1980], pp. 45-51.

109 - Na sessão de 13 de Maio (*Anais do Município de Coimbra, 1870-1889*, Coimbra, 1937, p. 223). A.A. Gonçalves, que muito elogia esta iniciativa, atribuiu-a à vereação de 1885 (*op. cit.*, p. 241). Julgamos tratar-se de um lapso.

110 - *Anais do Município de Coimbra*, cit., pp. 230, 231 e 233.

ram a seguinte declaração de voto: «1.º porque é um equívoco de boa administração pelas futuras consequências industriais e vantagens economicas que inutiliza; 2.º porque a escola é de grande alcance interesse local» (111).

Os vereadores indicados (112) apresentaram em Outubro de 1887 uma proposta à Câmara Municipal - que foi aprovada por unanimidade - para que fosse pedida a criação de uma Escola Industrial em Coimbra (113). Joaquim Martins de Carvalho, após transcrever no seu jornal - *O Conimbricense* - aquela proposta, alude à criação de uma Escola Nacional de Cerâmica - que estava na mente do então ministro das Obras Públicas - em Coimbra,. defendendo tal medida por ser a cerâmica a indústria mais importante desta cidade e aquela que se prestava a maior desenvolvimento (114).

Como se acaba de constatar, o projecto da criação de uma Escola Nacional de Cerâmica em Coimbra - hoje novamente na ordem do dia - já remonta, pelo menos, a 1887.

Entretanto, uns tantos operários de cerâmica iam procurando adquirir mais alguma instrução, tendo-se matriculado na Escola de Desenho Industrial Brotero, em 1887-1888, 9 oleiros e pintores de louça (115). Seguidamente um novo passo foi dado em 1894, com a criação da oficina de cerâmica na Escola Industrial Brotero (116), após diligências e pressões variadas (117). Apesar de ter sido nomeado para mestre da oficina de *olaria* um conimbricense do mundo da cerâmica - Afonso Augusto Pessoa -, aquela ainda não funcionava em 1904 (118), o que suscitou a Francisco Augusto Martins de Carvalho o seguinte reparo: «O desprezo pelas officinas da Escola Brotero é mais um serviço que deve Coimbra aos ultimos governos que ahi têm estado a zombar do paiz» (119).

Em suma: na viragem do século XIX para o século XX, a cerâmica em Coimbra atravessava um período difícil, para o que contribuía a falta de «educação, de elementos instructivos e renovadores», além da própria deficiente organização industrial, como sublinhava A.A. Gonçalves (120). A conclusão similar chegou Charles Lepierre que, ao analisar quimicamente a pasta das 11 fábricas de cerâmica estabelecidas nesta cidade e vendo as grandes diferenças na sua composição, concluía que as misturas eram feitas «completamente ao acaso, sem se preocupar com a composição das argilas respectivas» (121).

---

111 - *Idem*, pp. 240-241.

112 - António Augusto Gonçalves e Manuel Augusto Rodrigues da Silva.

113 - O que viria a verificar-se em 10 de Janeiro de 1889. A Escola de Desenho Industrial Brotero havia sido criada em 3 de Janeiro de 1884 (cf. Joaquim Ferreira Gomes, ***Escolas Industriais e Comerciais criadas no século XIX***, Coimbra, 1978. Sep. da «Revista Portuguesa de Pedagogia», ano XII, 1978, p. 105).

114 - *O Conimbricense*, nº 4191, 25-10-1887.

115 - *O Conimbricense*, nº 4184, 1-10-1887.

116 - *Idem*, nº 5311, 8-10-1898.

117 - *Idem*, nº 5955, 24-12-1904.

118 - Tendo a Escola Industrial Brotero uma frequência de 350 a 400 alunos em Novembro daquele ano, só lhes era ministrado o ensino teórico, por carência de instalações (***Anais do Município de Coimbra, (1904-1919)***, Coimbra, 1952, p. 25).

119 - *O Conimbricense*, nº 5955, 24-12-1904.

120 - *Op. cit.*, p. 241.

121 - Charles Lepierre, *op. cit.*, p. 120.

Dispomos de escassos elementos até 1919, mas não deve ter havido modificações relevantes, como se pode deduzir dum relatório publicado naquele ano no *Diário do Governo*, numa passagem relativa a este assunto: «Coimbra, onde a cerâmica é tão antiga que num documento de 1145, se encontra referência às olarias, tem importantes fábricas de louça e de barro vermelho, cujas fôrmas são elegantes, precisa que se crie na sua Escola Brotero um centro de ensino industrial de cerâmica, tornando assim eficaz a tentativa ali feita pelo seu antigo director e professor Sr. Dr. Sidónio Pais, secundando os esforços de António Augusto Gonçalves» (122).

Seria interessante continuar a acompanhar a marcha sinuosa do ensino de cerâmica em Coimbra - que, como se sabe, ainda não terminou -, mas isso ultrapassaria o período que nos propusemos tratar e mesmo o âmbito deste trabalho.

## CONCLUSÃO

1. A cerâmica é uma das actividades com maior tradição em Coimbra e de grande importância socioeconómica e artística. Mencionada em documentos desde meados do século XII, aqueles e alguns estudos já elaborados permitem detectar no meio cerâmico coimbrão transformações de índole tecnológica, económica e artística (fabrico da faiança no final do século XVI e da porcelana no primeiro quartel do século XX), sócio-profissional (pintor de louça na primeira metade do século XVII e operário da arte cerâmica, em vez de oleiro, nos fins do século XIX e inícios do XX (123)) e de mentalidade, influenciada pela industrialização (fábricas de louça ou de cerâmica, em vez de olarias, no século XIX).

2. A estrutura empresarial, de pequena indústria, característica do Antigo Regime económico, com um número de estabelecimentos razoável para o meio (entre 9 e 17) e um reduzido número de operários por cada um (por vezes inferior a 10), manteve-se desde final do século XVIII até ao fim da segunda década do século XX, aparentando assim uma considerável estagnação.

3. Nas últimas décadas do século passado e inícios deste, sem que a referida estrutura empresarial tivesse sido significativamente alterada, dá-se lentamente uma modificação quanto aos detentores dos meios de produção - muitos deles simultaneamente ceramistas -, com uma incipiente «colectivização» do capital, primeiro predominantemente familiar e depois mais lata, através da construção de sociedades.

4. Produziam-se múltiplos artigos, numa altura em que os objectos de cerâmica ainda não tinham os sucedâneos que têm hoje, como o plástico. A maioria era de qualidade regular, como convinha à população de menores recursos, devido ao seu baixo preço. Alguns de qualidade superior eram enviados para exposições, adquiridos por certos organismos ou pela população mais abastada.

---

122 - *Diário do Governo*, I Série, nº 4, 7-1-1919, p. 39.

123 - Cf. *O Conimbricense*, nº 6228, 24-8-1907.

5. O mercado local desempenhou, no período tratado, a função mais importante. Todavia, a louça de Coimbra era também vendida para diversos pontos do país, deparando no seu trajecto de comercialização com dois temíveis adversários: a concorrência e a reduzida operacionalidade dos meios de transporte.

6. A instrução profissional adquiria-se sobretudo empiricamente, nos respectivos estabelecimentos. Para complemento desta, várias medidas foram tentadas no intuito de ser instalado em Coimbra um eficaz ensino da cerâmica - por meio da criação de uma Escola de Cerâmica, de um Centro Nacional de Cerâmica ou de uma oficina de cerâmica na Escola Industrial Brotero -, apenas com relativo êxito, no último caso. Na «luta» pela instalação de um verdadeiro e digno ensino da cerâmica nesta cidade, é de elementar justiça recordar: esse grande artista e professor António Augusto Gonçalves - ele próprio filho de um hábil pintor de louça, chamado António José Gonçalves Neves (124) - que também chegou a instalar uma fábrica de faiança no Rossio de Santa Clara (1888), no local onde Vandelli havia estabelecido a sua, cerca de um século antes; a Câmara Municipal de Coimbra e o vereador (1887) Manuel Augusto Rodrigues da Silva; e *last but not least*, esse outro grande conimbricense que foi Joaquim Martins de Carvalho que, nas colunas de *O Conimbricense*, não se cansou de pugnar insistentemente pelo desenvolvimento da cerâmica e pela instalação e dignificação do seu ensino em Coimbra.

Finalizo com um voto: que os actuais conimbricenses - que, no fundo, somos nós todos - sejam dignos deles e, sobretudo, que alcancem melhores êxitos do que aqueles alcançaram, nos esforços empreendidos e a empreender para a valorização e o desenvolvimento de uma actividade que já faz parte integrante da cidade de Coimbra (125).

124 - Cf. José Queirós, *op. cit.*, vol. I, p. 163.

125 - Reiteramos os nossos agradecimentos a quantos, de uma forma ou de outra, nos forneceram elementos para a elaboração deste trabalho, em especial: às Exmas. Gerências das firmas Sociedade de Cerâmica Antiga de Coimbra, Lda., Miderâmica, S.A.R.L., Real Cerâmica, Aranha Branca - Cerâmica Artística; aos Senhores Eng. Carlos de Oliveira Peça e J.J. Morais Sarmento; e também aos diversos trabalhadores do sector, que nos deram informações várias.

## ANEXO

## *EMPRESAS DE CERÂMICA EM COIMBRA*

## *(1783-1958)*

| Ano | Número de Estabelecimentos | | | Números de operários | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Louça branca | Louça vermelha | Total | Total | Média por estabelecimento. | Observações |
| 1783 | 11 | 6 | 17 | | | Na cidade |
| 1813 | 9 | 5 | 14 | | | Na cidade |
| 1836 | 9 | 6 | 15 | | | Na cidade |
| 1845 | 10 | 5 | 15 | 58 | 3,86 | Na cidade |
| 1862 | | | 9 | 61 | 6,77 | Na cidade |
| 1878 | 12 | 2 | 14 | 125 | 8,92 | Na cidade |
| 1881 | | | 15 | 150 | 10 | Na cidade |
| 1884 | 11 | 4 | 15 | 140 | 9,33 | Na cidade |
| 1886 | 9 | 2 | 11 | 183 | 16,63 | Na cidade |
| 1890 | | | 12 | 135 | 11,25 | Na cidade |
| 1891 | 12 | 3 | 15 | | | Na cidade |
| 1896 | | | 13 | 157 | 12,07 | Na cidade |
| 1897 | | | 12 | 169 | 14,08 | Na cidade |
| 1905 | 11 | 1 | 12 | 112 | 10,18[a] | Na cidade |
| 1907 | 7 | 7 | 14 | 200 | 14,28 | Na cidade |
| 1917 | | | 14 | 185 | 13,21 | No concelho |
| 1934 | | | 27b | | | No distrito |
| 1947 | | | 47 | | | No distrito |
| 1958 | | | 13 | 1787 | 137,46 | No concelho |

Fontes, por ordem cronológica:

Manuel Dias Baptista, *Ensaio de huma descripção fizica e economica de Coimbra e seus arredores*, in «Memorias economicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa», Lisboa, 1789, pp. 292-293 (1783, ano em que esta *Memória* foi premiada pela Academia); José Acúrsio das Neves, *Variedades sobre objectos relativos às artes, commercio e manufacturas*, t. I, Lisboa, 1814, p. 199; Arquivo da Universidade de Coimbra, *Governo Civil*, «Estabelecimentos incómodos insalubres e perigosos - Fábricas», 1836; Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, «Mappa das fabricas existentes no distrito de Coimbra...», 1845. MR, 2D-2R, 12; *O Conimbricense*, nº 849, 15-3-1862; *Jornal dos Artistas*, nº 2, 12-11-1878; *Portugal Pittoresco*, vol. 1º, nº 9, Setembro de 1879, p. 137 (Daqui extraímos o número de operários e da fonte anterior o número de fábricas); *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito directo*, II parte, livro 3º, Lisboa, 1881, p. 227; *Exposição districtal de Coimbra em 1884*, Coimbra, 1884, p. 69; Adelino António das Neves e Melo, Apontamentos para a história da cerâmica em Coimbra, Coimbra, 1886, pp. 46-47; *Inquérito Industrial de 1890*, vol. III, Lisboa, 1891, pp. 390-392; *O Conimbricense*, nº 4526, 17-1-1891; Charles Lepierre, *Estudo chimico e technologico sobre a ceramica portugueza moderna*, Lisboa, 1899, p. 23 (Dados relativos a 1896); *O Conimbricense*, nº 5231, 21-12-1897; *Estudo sobre o estado actual da industria ceramica na 2ª* Circumscripção dos Serviços Technicos da Industria, Lisboa, 1905, pp. 78-79 e 82; José Queirós, *Cerâmica portuguesa*, vol. I, 2ª ed., Lisboa, 1948, pp. 164-166; *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 116, 1926, p. 8; João Teodoro Ferreira Pinto Basto, *A cerâmica portuguesa*, Lisboa, 1935, pp. 32-33; Adalberto de Campos Brito, *Estudo sobre a indústria de cerâmica*, Lisboa, 1950. Sep. dos «Bols. D.G.S.I.» - Ano II - nºs 61 a 75, 7 de Julho de 1950, p. 51; *Inquérito industrial*. XII - *Distrito de Coimbra* - 1958, Lisboa, 1960, p. 26.

a - Esta média é relativa às 11 fábricas de louça branca - nas quais trabalhavem os 112 operários -, não indicando a fonte seguida o número dos que trabalhavam na fábrica de louça vermelha.

b - O A. indicado destaca 2 grandes unidades - a «Sociedade de Porcelanas» e a «Companhia Lusitania» - das restantes 25 pequenas fábricas.

# A CERÂMICA ARTESANAL NA REGIÃO CENTRO

*Por: Alberto Correia* ★

★ Investigador do Instituto Nacional de Investigação Científica

Ao falar de cerâmica artesanal, minhas primeiras palavras são de louvor ao barro.

O Deus de que nos fala o Génesis, primeiro livro da Bíblia, ou os deuses que outras cosmogonias nos referem, quando intentaram criar o homem parece não terem encontrado outra matéria mais justa e digna do que a argila simples colhida da terra para a obra que iria comportar o duplo carisma da perenidade traduzindo a semelhança com o criador e o da precaridade, da extrema fragilidade, um e outro estigmas exemplarmente expressos no barro.

De outro modo sabemos bem como ao longo de todo um processo histórico, sobretudo quando se trata de culturas iletradas, os artefactos cerâmicos se revelam como impar documento para o estabelecer de um quadro de vida dos grupos humanos e um inapreciável instrumento marcando os índices de uma situação económica, informando acerca das linhas das trocas comerciais ou das trajectórias seguidas por correntes de migração, revelando ainda a natureza das preocupações religiosas, estéticas e outras.

A Arqueologia e a Etnologia disso dão testemunho claro, a primeira para as mais antigas culturas, a segunda no domínio das culturas ainda vigentes.

Falar hoje de cerâmica artesanal na região centro - importa-nos fazê-lo dentro daqueles parâmetros em que a cerâmica artesanal surge como manifestação de um aperfeiçoamento do homem no quadro da Antropologia Cultural, dentro da Etnografia mais especificamente, e como tal a consideramos como documento de uma herança social que com toda a força do significado de herança tem de ser encarada.

Por outras palavras situamo-nos no campo precioso dos valores do Património cultural.

Terei de confessar a minha incapacidade para devidamente tratar o tema enunciado porque eu não conheço muito da região centro.

Aceitei todavia fazê-lo.

Circunscrito o meu trabalho e a minha experiência aos limites físicos do Distrito de Viseu onde uma relativa força se encontra no panorama da olaria tradicional, possuindo alguma dispersa notícia acerca de outros centros oleiros exteriores, ser-me-á possível equacionar alguns dos principais problemas que concernem ao *statu quo* da cerâmica artesanal numa vasta região do centro deste país, um pouco idêntica a uma situação generalizada a todo o país, entendido como continente e ilhas.

Tradicionalmente a cerâmica artesanal responde a uma situação de vida de uma população com características acentuadamente rurais e foi-se mantendo em regiões menos tocadas pelo influxo de uma cultura de cidade de que a afastavam as dificuldades de comunicação e a impossibilidade de acesso a outras conquistas que a Revolução Industrial acarretou.

E, se acontecia as oficinas de olaria se situarem em lugares aparentemente privilegiados porque em regiões de fortes contactos ali era só a passagem, os oleiros serviam apenas um mercado de horizontes mais fechados. Apetrechavam gente pobre ou minimamente remediada (lavradores) com uma reduzida bateria de artefactos para servir uma economia de cariz doméstico.

O processo mesmo adoptado para a comercialização - um sacrificado circuito do artesão e familiares por vilas e aldeias, também por mercados regionais, a maior parte das vezes praticando um regime de troca natural significativo da mais pura e estreita forma de economia de subsistência reforçam a ideia de uma pobreza endémica da classe ligada à olaria.

Outras características peculiares ao ofício e que nos ajudarão postériormente a reflectir sobre a situação presente da olaria artesanal e a deduzir possíveis formas de escapar ao desaparecimento da mesma têm a ver com o longo e complexo processo de elaboração que vai da recolha da matéria-prima, a argila das barreiras, e o seu transporte a braços e ombros do próprio oleiro.

Dura a tarefa de o purificar, de gerar depois, amassando, a pasta homogénea que moldará sobre a roda.

O maquinismo - torno ou roda - que utiliza pode ser, por sua vez, pouco atraente para quem observa uma energia continuamente exercida para a movimentar seja com a mão, seja com o pé.

E o processo, pelo menos o mais arcaico de cozedura, a soenga, oferece sem dúvida condição de reacção negativa a qualquer presumível aprendiz. E, finalmente, o condicionamento de um mercado aleatório, incerto.

Na medida em que me é possível darei um apontamento sobre a rede das oficinas cerâmicas que ainda laboram ou há muito pouco tempo estavam em actividade, nos distritos da região centro, permanecendo vivos os últimos oleiros e sendo, *à priori*, passível a reconstituição de um testemunho real.

O Distrito de Viseu creio estar privilegiado no que respeita à intensidade de uma produção cerâmica e quanto ao número de oficinas francamente activas, as quais se distribuem por três núcleos, sendo dois de cerâmica negra, um de cerâmica vermelha.

O primeiro, de cerâmica negra, situa-se em plena zona serrana do Montemuro e abrange dois polos distintos - Fazamões, da freguesia de S. Pedro de Paus e concelho de Resende e Ribolhos, do concelho de Castro Daire, revestindo peculiares características de rusticidade, de reduzido número de modelos, com uma gramática decorativa muito pobre, tudo correspondendo a uma roda arcaica, baixa, movida com a mão, a utilização de forno de tradição neolítica - a soenga - não se tendo introduzido qualquer avanço tecnológico nos últimos anos.

O segundo núcleo, de cerâmica negra também, situa-se em Molelos, no concelho de Tondela e área vizinha da serra do Caramulo onde a qualidade da argila permitiu o enriquecimento do processo decorativo e onde as formas se diferenciaram e enriqueceram e onde o processo de cozedura se enriqueceu tecnologicamente com a adopção de um novo tipo de forno, o forno de grelha.

A derradeira novidade aqui surgida tem a ver com a constituição da chamada Escola de Barros Negros de Molelos de que adiante falaremos e que ali procura dar continuidade à tecnologia artesanal.

O terceiro núcleo, de cerâmicas vermelhas e vidradas, situa-se no concelho de Mortágua, actualmente com oficinas na vila e em Gândara, freguesia de Vale de Remígio onde, de imediato, se apresentam avanços expressos na montagem de um engenho mecânico para amassar o barro, movido por um animal durante décadas, hoje utilizando já um pequeno motor eléctrico, a adopção de uma roda alta movida agora também por energia eléctrica, para que mais liberdade e menos cansaço ofereça ao artesão.

No distrito da Guarda estão praticamente extintas as oficinas de olaria.

Nas bandas do Douro, o centro de louça vermelha de Santa Comba, no concelho de Meda, seria hoje de impossível recuperação. Isso já não aconteceria por exemplo com Carvalhal da Louça, do concelho de Seia, onde só no ano de 1980 os dois últimos oleiros desistiram da arte, o fabrico de uma gama pouco variada de artefactos para o uso do lar, feitos numa argila pobre que na cozedura de um forno de grelha recebia uma tonalidade beje e onde os elementos decorativos mal ultrapassavam umas pinceladas frustes com lambugem.

E outro tanto quase se passou com Malhada da Sorda, do concelho de Almeida onde, derradeira e histórica fornada foi cozida no ano de 1971 pela última oleira.

E o caso da Malhada da Sorda é bem interessante porque era praticamente caso único em Portugal na entrega à roda da mulher-oleira, mantedora aqui da mais longínqua tradição da oleira do neolítico, ora sobrevivente em culturas ditas mais atrasadas.

Quanto ao Distrito de Coimbra desapareceram de todo as olarias vermelhas de Candosa, no concelho de Tábua.

Com alguma intensidade vivem as olarias de louça vermelha do Carapinhal conhecidas como de Miranda do Corvo onde um engenho mecânico se introduziu para esmagamento do barro.

Reconhece-se ainda alguma força nos centros oleiros do concelho de Poiares, nas localidades de Olho Marinho e Alveite onde a soenga se abandonou no fabrico de louça preta e onde modelos antigos sobrevivem contra a intromissão irresponsável das *formas* que, com rapidez pretende uma resposta a um não racionalizado mercado.

Estará de certo com os dias contados o fabrico de louça negra e de louça vermelha vidrada na última oficina de Alfarelos (do concelho de Sor), das oficinas do concelho de Condeixa e da Lousã (no Padrão).

No Distrito de Aveiro não conheço mais que os oleiros das Aradas (concelho de Aveiro) trabalhando os dois últimos oleiros em louça preta e louça vermelha vidrada e onde acaba de ser realizado um filme documentando uma arte que em breve pode estar perdida.

No Distrito de Castelo Branco não sei de outras oficinas senão das que existiam no Telhado, vizinhas do Fundão e onde o topónimo faz associar o fabrico da velha telha mourisca ao vasilhame comum.

Confrangedora é esta panorâmica.

Mas se não parece muito difícil averiguar das razões que conduziram a tal estado de coisas, difícil se torna a procura de uma saída saudável, o caminho para uma situação nova e viva onde a arte possa florescer, tanto mais que não é possível agora tomar a mesma via caminhando em sentido inverso.

Na enumeração dessas razões que lograram a extinção ou diminuição das oficinas (cito o caso exemplar de Fazamões - Resende onde, no período dos últimos 50 anos o

número de oleiros desceu em flecha de 100 para 1), já falamos de alguns aspectos extremamente penosos no processo tecnológico e na pobreza endémica da classe que tinha que vender por preço irrisório a sua mercadoria, fruto de trabalho longo e incerto, a um grupo social que não podia suportar encargos mais fortes e que, caso os pudesse suportar, passaria de imediato a utilizar artefactos de outras matérias que lentamente vieram rivalizando com o barro ou em função da sua resistência e duração, ou da moda, ou de maior facilidade de obtenção, etc. (caso do ferro, latão, esmalte, plástico, pirex ...).

O próprio progresso por outro lado trazendo por ex. a água canalizada faz diminuir em flecha também determinado tipo de vasilhame, o frigorífico que se generaliza extingue a necessidade de certos hidrocerames.

A classe oleira não encontrou, não havia nela a força para encontrar uma saída para a crise, o seu baixo estatuto social, a sua situação de iletrada a isso a não ajudavam também.

E uma saída fácil para um outro tipo de vida foi-lhe oferecido pela emigração. A roda foi facilmente trocada...

Outra saída, menos aventurosa, que ficava mais próxima do seu ofício, foi a passagem do Mestre oleiro para fábricas de cerâmica, de telha e tijolo, onde nunca mais havia criação nem beleza para o seu novo estatuto de operário, mas onde havia a possibilidade de sustento mais fácil e alguma garantia de natureza social, como por exemplo a assistência na doença, o abono dos filhos ou a pensão de reformado.

E vêmo-los em Molelos, nas Aradas, em Mortágua, em Alfarelos terem-se passado para o barracão da empresa, só às vezes, em horas muito vagas, ainda virem à roda, quase só para matar saudades.

Ainda um outro aspecto da generalização da crise: processando-se a aprendizagem dentro do círculo familiar, o filho do oleiro não encontrava estímulo no ofício a que se ligava a família e não se sentia, por isso mesmo, tentado a prosseguí-lo. Por sua vez os próprios pais não seduziram o filho para a arte e fizeram-no conscientemente, talvez com pesar, antes preferindo que os filhos buscassem outros meios de vida em outra profissão. Isto nos confessaram muitos dos últimos oleiros. E na verdade, por regra quase geral, não encontramos oleiros com idades inferiores aos 60-50 anos. A esta última razão ainda que extensão das primeiras é a que melhor serve de aferidor da crise.

E então, que saída para a crise?

Talvez não seja fácil a resposta e ela terá de ser encontrada como resposta colectiva num conjunto onde a palavra dos oleiros também se faça sentir.

Uma coisa é certa: o progresso tecnológico não pode ser detido. O que o homem deve fazer é humanizá-lo. Não pode deter-se a procura e utilização de novas matérias-primas e de modernos processos tecnológicos que melhor vêm responder às necessidades do mundo presente.

Todavia as olarias têm de ser olhadas como bens muito ricos do Património Cultural e salvaguardadas.

Um primeiro problema a solucionar parece-me ser o da própria condição do artesão, do seu estatuto sócio-económico. O oleiro tem que ser elevado à condição de todos os outros homens. O seu trabalho terá que ser humanizado (normalmente eram infra-humanas as condições da sua oficina-casa familiar e o prolongado horário de trabalho), e o fruto dele deverá encontrar um mercado compensador.

E esse mercado é susceptível de renascer. Parece possível o adensar da utilização de artefactos de barro mesmo cumprindo as funções antigas, por exemplo na cozinha, na copa, na mesa de sala de jantar, etc. ou sofrendo alguma adaptação para outra serventia.

Ou a sua utilização tentará reconverter-se e o artefacto que tradicionalmente respondeu a determinado uso hoje irá cumprir uma finalidade meramente decorativa.

Variadíssimos veículos podem concorrer para esse efeito e todos os meios de comunicação de massa podem ser postos a esse serviço, seja a simples exposição, seja a reportagem em revista de especialidade, seja o programa da TV, etc. .

E este mercado definir-se-á como importante no seu significado iminentemente interno e nacional, onde o desdobramento de um mercado turístico *sui generis* pode e deve aparecer com importante relevo e poderá em justos termos orientar-se para uma exportação organizada.

Uma acção quase de todo nova terá que conduzir-se e por ela serão responsáveis orgãos do poder central e os orgãos do poder autárquico.

Grupos ou Associações ligadas à problemática da defesa do património cultural cumprem aqui uma acção exemplar, mas ela se situa no âmbito de um dever moral que assumem castigando com o seu interesse manifesto a incúria, tantas vezes, das instituições oficiais.

E o que está feito até agora?

Muito pouco ainda.

No entanto os oleiros são sensíveis a alguma mudança que eles detectaram. Já mais que uma vez lhes ouvi dizer que se há alguns anos tivesse sido como agora (e tão pouco mudou ainda!) a arte não sofreria tão grave crise e os filhos a teriam prosseguido. Eles querem referir-se um pouco à pensão de velhice, módica, que lhes permite sobreviver melhor, à procura da sua produção com ofertas já compensadoras do seu trabalho.

Vozes meio isoladas de indivíduos e associações apelam para o problema.

As autarquias locais vão respondendo com a organização de feiras ou exposições permanentes ou circunstanciais, colóquios, etc. , vão, tanto que possível integrando sua acção num quadro educativo, didáctico até, patrocinando a ida de oleiros às escolas ou levando escolares à oficina, sugestionando deste modo, vocações, etc. .

A nível do Governo central o problema talvez nunca tenha sido devidamente equacionado. Embora encontremos algumas medidas atinentes a isso elas surgem, frustres, em alíneas programáticas de algumas disciplinas dos ensinos preparatório e secundário (por ex. nas áreas da Educação Visual e Trabalhos Oficinais).

Numa outra perspectiva olhou-se para o problema quando o Sector de Artesanato é criado junto do Fundo de Fomento de Exportação, ordenando-se a sua *práxis* para a canalização de uma produção artesanal para o mercado exterior.

Caberá, pois, ao referido grupo uma sábia actuação, um esforço porventura que o alivie de uma escessiva carga de espírito mercantilista posto na função, porque o artesanato é vida, é herança social e está dissolvido por um país inteiro, mais no interior ainda onde às vezes não se tanta o esforço de chegar.

A criação do Instituto Português de Património Cultural e a expressão do Decreto Regulamentar n.º 34/80 de 2-08-80 de SEC por sua natureza geral, têm um amplo significado no domínio da intervenção cultural. Ou antes tê-lo-á quando a letra se tornar vida. E isso não aconteceu ainda.

Particular atenção merece o problema de uma aprendizagem e esse não foi encarado ainda.

Exemplo concreto como a Escola de Barros Negros de Molelos não passa de uma tentativa, de uma experiência conduzida por particulares com maior ou menor sensibilidade e formação onde, de bom, há o aproveitamento dos velhos oleiros como mestres, a captação do interesse dos jovens aprendizes, a salvaguarda de uma técnica e de modelos tradicionais como pontos positivos.

Mas existe a precaridade, não há a integração numa estrutura institucional.

É fácil cair em práticas menos racionais na busca de mercados e a tentação muito fácil de recurso ao molde e do abastardamento das formas pode já não conjugar-se com o espírito que se queria salvaguardar.

O caminho será outro mas não se viu qual.

Terminamos por aqui. Foram elementos fornecidos um pouco a uma reflexão pessoal e de conjunto, possivelmente. E, desde já, um voto gostariamos de expressar: - que seja prosseguido e coordenado o esforço para o levantamento criterioso no dominio das cerâmicas artesanais da região centro e se constitua um museu ou secção de Museu onde se guarde a gama completa dos artefactos tradicionalmente produzidos e fique registado todo o processo tecnológico. Ou que se faça sentir aos museus da região e aos competentes orgãos de nível distrital esta necessidade.

Que as verdadeiras conclusões da importante realização em que estas palavras tiveram lugar encontrem o eco que vão merecer ter.

# DA CERÂMICA COIMBRÃ
# UNS NOTÁVEIS AZULEJOS DO MUSEU NACIONAL DE MACHADO DE CASTRO (★)

*Por: Matilde Pessoa de Figueiredo* (★★)

(★) Conferência proferida no dia 15 de Janeiro de 1981, nas «Jornadas sobre a Cerâmica em Coimbra».

(★★) Directora do Museu Nacional de Machado de Castro.

Venho falar de uns notáveis exemplares de Cerâmica Coimbrã que têm estado praticamente esquecidos. Trata-se do revestimento azulejar, setecentista, da época pombalina, de uma sala do antigo Paço Episcopal, edifício onde, como sabem, em 1911 se instalou o Museu Nacional de Machado de Castro.

Representam as cartelas destes painéis de azulejos alçados dos edifícios universitários mandados fazer aquando da Reforma do Marquês de Pombal, no tempo do Bispo Reformador e Reitor da Universidade D. Francisco de Lemos.

São importantes estes azulejos: para a história do Paço Episcopal, como documento da vida e da obra de D. Francisco de Lemos, para a história da Universidade, para a história de Coimbra, para a história de Arte.

E, além dos azulejos, venho falar também de um interessantíssimo album manuscrito e com desenhos aguarelados e assinados, desenhos estes em que o pintor destes azulejos directamente se inspirou. Este volume tem permanecido inédito e pertence a um particular de Lisboa, o qual, muito amávelmente, me facultou a sua consulta e a sua divulgação.

Logo que, há uns meses, tomei posse do cargo de Directora do Museu Nacional de Machado de Castro e visitei todas as suas instalações, vi estes azulejos, os quais me despertaram vivo interesse, tendo decidido abrir esta sala ao público, arranjando-a de forma a valorizar os preciosos painéis cerâmicos. O conhecimento recente do referido livro permitiu-me não só verificar melhor a originalidade destes azulejos (os quais, em vez de se inspirarem em gravuras estrangeiras, como era hábito na época, se basearam em motivos conimbricenses e de extrema actualidade então), mas também, comparando os prospectos e plantas do album com outros projectos e os próprios edifícios construídos, observar melhor a técnica e a imaginação do pintor dos azulejos.

Agora, venho apenas transmitir as minhas impressões sobre estes azulejos e as investigações sobre eles a que consegui proceder em curtíssimo espaço de tempo, pois que os muitos afazeres da direcção do Museu apenas permitem roubar ao descanso o tempo dedicado a trabalhos de investigação.

Situa-se a sala onde se encontram estes azulejos no 1º andar do Museu, no ângulo Nascente-Norte do edifício antigo, contígua ao vestíbulo designado de Norte ou Nascente, o qual tem acesso por escada exterior. Próximo, encontram-se outras dependências com azulejos contemporâneos, embora de muito menor valor artístico.

Esta sala seria de «curiosidades» aquando da instalação do Museu, mas não vem sequer anotado o seu conteúdo no catálogo do Museu de 1913, nem no de 1916, apesar de a sala estar gráficamente representada (sendo menor do que a actual) na planta do

edifício publicada neste último catálogo. Mais tarde, em 1944, no «Guia de Portugal», Reinaldo dos Santos indica-a como sendo das curiosidades. Entretanto, a sala fora ampliada, conforme nos dá conta, também em 1944, o então Director do Museu, Vergílio Correia: «O extremo da nave meridional do claustro de S. João de Almedina fôra ocupado, na reconstrução da igreja, pela sacristia do novo templo. Demolida essa sacristia nos trabalhos actuais de renovação, alargou-se sobre ela a Sala da Curiosidade, que está no andar superior, e sobre essa sala, dada a solidez das paredes, foi levantado segundo andar, no qual se instalou em recinto privativo, a Colecção Camilo Pessanha» (Museu Machado de Castro, Secções de Arte e Arqueologia, Catálogo-Guia, Coimbra, 1944). Nessa sala se terá exposto a colecção oriental do escritor e Presidente da República Manuel Teixeira Gomes. Aí funcionou a secção infantil do Museu e, desde há anos, servia esta sala para arrecadação.

Do conjunto azulejar dos nove painéis faltam, infelizmente, vários azulejos nas paredes. Alguns, poucos, com desenho não contínuo, encontram-se, soltos, no Museu Nacional de Machado de Castro. Disseram-me que outros foram, há anos, para o Museu Nacional do Azulejo, com milhares de azulejos do Museu de Coimbra. Já pedi ao meu Colega Director desse Museu que os azulejos deste conjunto regressem ao Museu Nacional de Machado de Castro, no que obtive pronta concordância.

A análise dos azulejos em causa, que são os ainda colocados e a da própria sala, permitem-me concluir que este não é o local onde os azulejos primitivamente se encontrariam, ou que estes foram aí recolocados e a sala modificada.

Já no final do século XIX se reconhece grande valor artístico a estes azulejos. Assim, um articulista que assina T. C. (e julgo ser o Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, que foi Professor de Estética e História de Arte na Faculdade de Letras), no jornal de Coimbra denominado «Resistência», no seu nº 155, de 13 de Agosto de 1896, escreve o seguinte num artigo intitulado «As Restaurações Artísticas em Coimbra - O Paço do Bispo»:

«O Sr. Bispo-Conde quiz conservar os azulejos que no paço episcopal contavam a historia de um seu antecessor, e descreviam toda a reforma do marquez de Pombal.

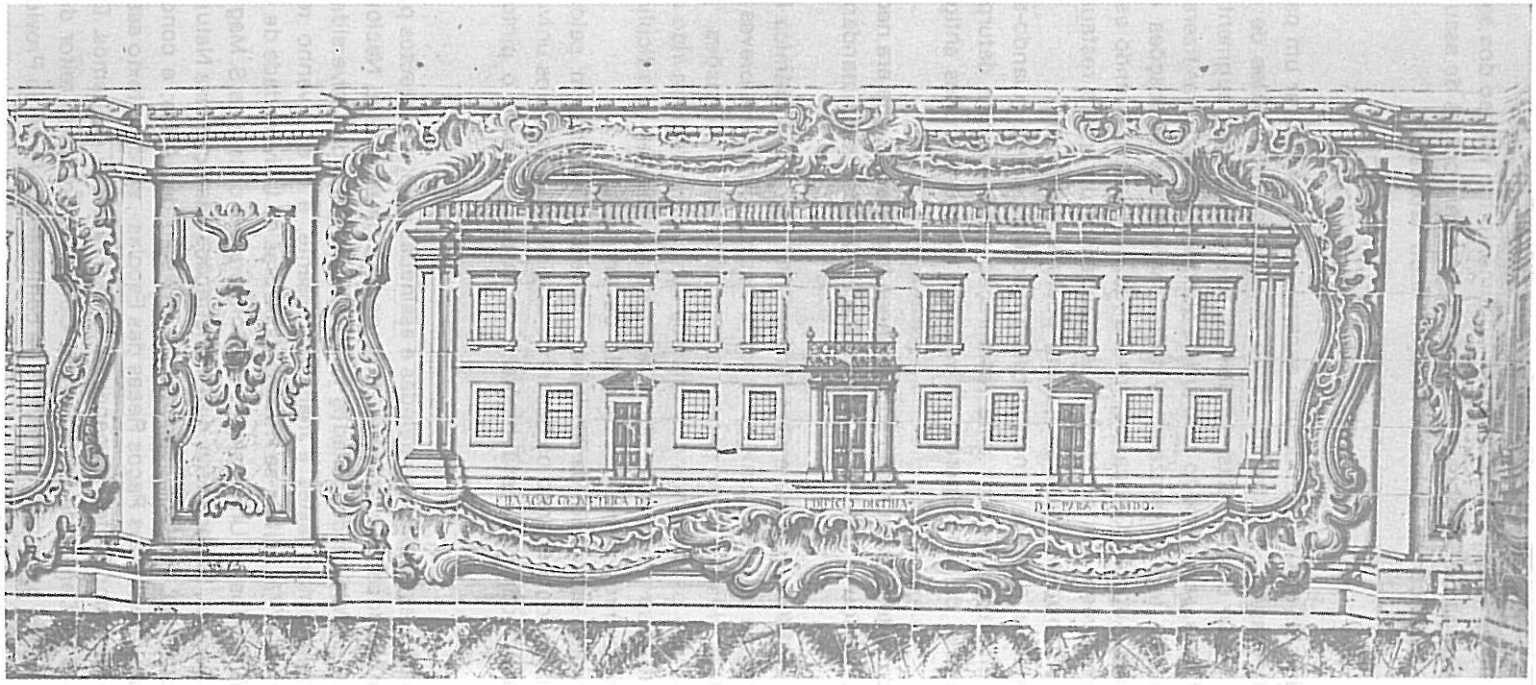
Havia numa sala do paço, feitos em azulejos todos os planos de todos os edifícios que mandou edificar em Coimbra para a Universidade o marquez de Pombal, e cuja construcção fôra dirigida pelo Bispo reformador. Estes azulejos, obra portuguêsa, obra das olarias de Coimbra valiam para a historia da arte em Portugal, eram um documento historico d'uma grande reforma, um padrão de gloria para o episcopado conimbricense.

Estes azulejos deviam ser conservados, em sítio bem evidente, em logar d'honra, mandava-o o interesse da historia, exigia-o o respeito que em toda a parte se tem, pelos que em sua vida honraram o seu nome trabalhando em bem da patria, em bem da sciencia.

Saindo do paço, só os podia conservar a Universidade, a cuja historia pertencem.

O sr. director das obras publicas mandou arrancar os azulejos.

Porquê? Porque ficavam mal num palacio manoelino os azulejos do século XVIII? Esta razão era attendível, mas não a póde apresentar o sr. director das obras publicas que na entrada da parte restaurada em estylo manoelino mandou collocar azulejos que trouxe da imprensa da Universidade e que são do século XVIII, obra que ficou má e cara.



EDIFÍCIO DESTINADO PARA CABIDO DA SÉ

Porque se arrancaram os azulejos que eram um documento tão valioso dos serviços feitos à Sciencia pelos Bispos de Coimbra, e porque se trouxeram outros de assumptos mythologicos que nada significam e cuja restauração ficou tão cara?

...

Resumindo: o sr. director das obras publicas encarregado de restaurar um palacio, quiz transformar o trecho capital, o pateo de estylo renancença, num pateo de estylo manoelino; tendo de aproveitar duas janelas manoelinas, deu cabo d'ellas, augmentando-lhe o comprimento dos fustes, sem respeito pelo artista que as desenhára e as fizera; o sr. director das obras publicas, tem desprezado systematicamente as indicações do sr. Bispo-Conde e de António Augusto Gonçalves, insultando a imprensa quando esta lhe pediu que estudasse e resolvesse um problema que apparecera durante a restauração, mandando entulhar os subterraneos que se haviam posto a descoberto.

Encarregado de restaurar o paço, tornou a restauração impossível, guiando-se nas obras importantes que emprehendeu por uma restauração moderna que deturpára o aspecto primitivo do palacio, deixando perder os vestígios de construcções antigas de alto interesse historico.

Tendo apparecido durante a restauração subterraneos importantes que era necessário explorar e estudar, tornou o estudo e a exploração impossíveis, mandando-os entulhar».

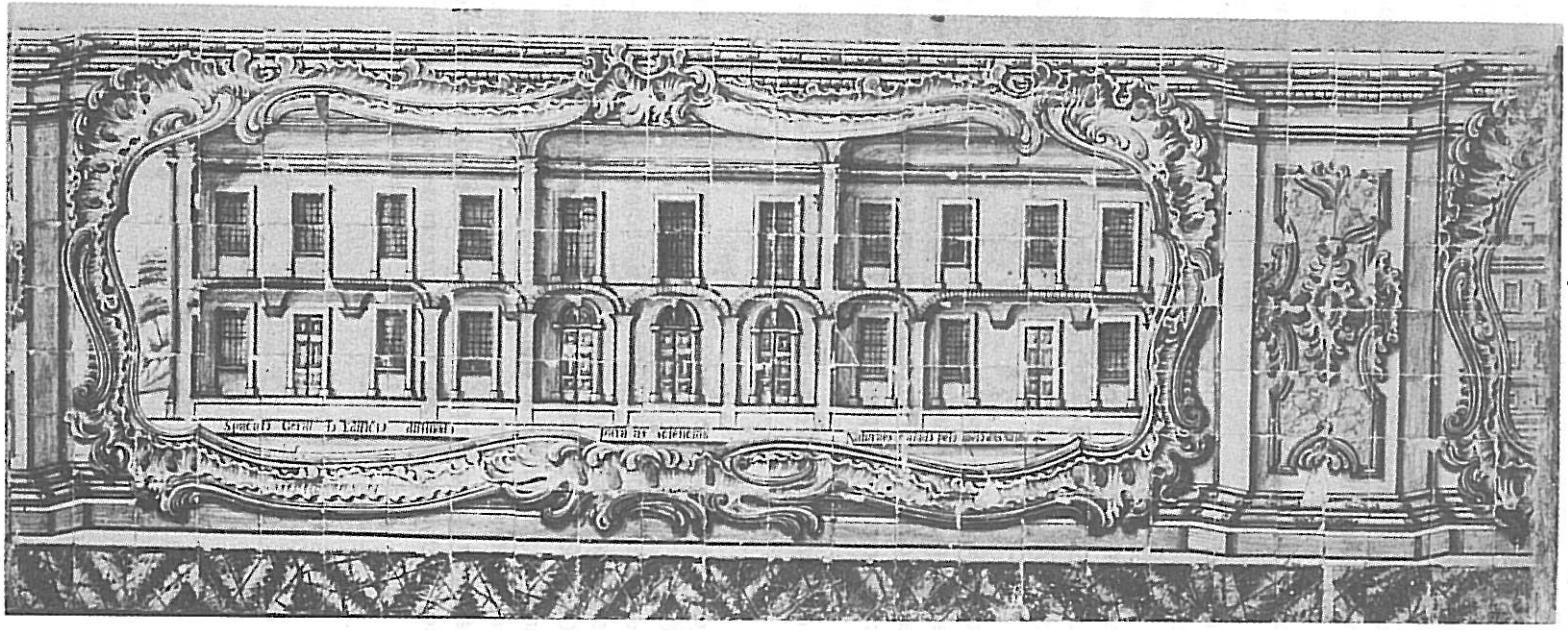
José Queirós, que em 1907 publicou a obra fundamental que é a «Cerâmica Portuguesa», também se interessou por estes azulejos e sobre eles deixou alguns breves apontamentos em folhas soltas, ilustrados de pequenos «croquis» com dimensões.

Supunha-se já então que os desenhos dos edifícios dos azulejos tinham sido copiados dos próprios projectos que serviram às obras pombalinas, mas nem o articulista do «Resistência», nem José Queirós tinham examinado os originais.

Santos Simões, grande estudioso de azulejos, interessou-se também pelos que designa «notáveis painéis» e, conhecendo os desenhos originais dos edifícios universitários da reforma pombalina, confirma essa hipótese de inspiração para o pintor dos azulejos.

Existem três albuns com estampas aguareladas e assinadas com os projectos para as obras pombalinas da Universidade de Coimbra. Dois pertencem ao Museu Nacional de Machado de Castro e encontram-se depositados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. O outro, complementar destes e mais interessante, é o que venho referir.

É este album datado de 1777, intitula-se «Riscos das Obras da Universidade de Coimbra - Estabelecimentos fundados na Universidade de Coimbra por ordem de S. Mag$^{e}$, que Deos tem, para as Observações, Experiencias e Demonstrações das Sciencias Naturaes, e Para a Tipographia Academica; Restabelecimento do Collegio das Artes; e concertos, reparos, e Communicação interior dos Paços Reaes das Escolas», sendo o texto assinado por Francisco Bispo Reformador Reitor, o mencionado D. Francisco de Lemos. De seu nome completo Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, nomeado reitor da Universidade em 1770, foi um dos principais elementos da comissão da Junta de Providência Literária que reformou a Universidade.



CORTE DO EDIFÍCIO DESTINADO PARA AS CIÊNCIAS NATURAIS

Os desenhos das plantas e alçados dos vários edifícios da reforma pombalina são da autoria do então Tenente Coronel engenheiro Guilherme Elsden, o inglês director das obras da Universidade de Coimbra.

Encontram-se colocados nove painéis de azulejos. Os edifícios representados nos seis painéis maiores foram directamente inspirados nos projectos de Elsden do referido album.

Assim, a designada planta nº IV do album representa a «Elevação Geométrica do Edifício destinado para as Sciencias Naturaes - Lado principal». Este desenho é assinado por Guilherme Elsden e Manuel de Sousa Ramos, Ajudante.

A planta nº V representa o «Prospecto da obra nova do Museu, e edifício velho do Hospital na frente do lado septentrional e é assinado, além de, evidentemente, pelo director das obras, pelo ajudante engenheiro Teodoro Marques Pereira da Silva.

A planta nº VII intitula-se «Spaccato cortado pelo meio de todo o edifício, e olhando para a frente principal», no desenho do qual Elsden teve como ajudante Manuel de Sousa Ramos

A planta nº XI designa-se «Elevação Geométrica do Laboratório Chymico. Lado principal», e nesta, Elsden teve como ajudante Ricardo Franco de Almeida Serra.

Na planta nº XIX, feita com a ajuda de Teodoro Marques Pereira da Silva, representa-se a «Elevação Geométrica da frente principal do Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra».

Finalmente, a planta nº XXVIII, com a data de 1773, representa a Elevação Geométrica do Cabido da Sé.

Quanto aos painéis de azulejos, reservo uma surpresa para esta iniciativa da Comissão Municipal de Turismo e do GAAC das «Jornadas sobre a Cerâmica em Coimbra».

O Museu Nacional de Machado de Castro decidiu associar-se às Jornadas, não só com a visita guiada às suas colecções cerâmicas em exposição permanente, não só com a realização da exposição «Cerâmica de Coimbra», com peças das reservas do Museu, não só com a abertura simultânea da exposição «Azulejos. Cinco Séculos do Azulejo em Portugal» (realizada pelo Museu Nacional do Azulejo, que para o efeito convidou), mas com a abertura ao público, também ao mesmo tempo, da sala dos azulejos que venho referindo. Mostrarei amanhã os azulejos originais, quando tiver o prazer de vos receber no Museu.

# CERÂMICA. PEQUENA RADIOGRAFIA DO SECTOR

*Por: Maria Helena Lencastre* ★

★ Técnica do Sector Artesanato, do Fundo de Fomento de Exportação.

# INTRODUÇÃO

Com este pequeno trabalho sem quaisquer pretensões, tentaremos dar-vos uma ideia do que se está a passar nas empresas produtoras e exportadoras de cerâmica doméstica e decorativa, tanto em faiança como em porcelana e grés, não deixando de fazer algumas referências às pequenas empresas artesanais e a alguns artesãos dos que ainda existem no nosso País.

Apesar de focarmos todo um sector extremamente pulverizado, não deixaremos de falar, mais adiante, da cerâmica decorativa desta região com um pouco de pormenor.

## CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA

### 1 - *Tipos fabricados*

A grande maioria das empresas produtoras e exportadoras produz artigos de faiança decorativa, mas um número restrito delas dedica-se igualmente à produção de artigos domésticos.

Das 3 empresas exportadoras de porcelana uma só produz artigos de uso doméstico, outra de uso doméstico e decorativo e finalmente a terceira produz miniaturas.

Quanto ao grés, tanto fino como rústico todas as empresas suas produtoras, se dedicam à produção de artigos domésticos e decorativos, predominando, no entanto os primeiros.

Os barros vermelhos e negros são utilizados na produção de peças de uso doméstico, e ainda de estatuetas decorativas.

### 2 - *Distribuição Geográfica*

As empresas de cerâmica doméstica e decorativa encontram-se em determinadas zonas.

O distrito onde existe maior número de empresas é o de Leiria (cerca de 55,5% do total) situadas nos concelhos de Alcobaça, Caldas da Rainha, Nazaré, Porto de Mós e Bombarral. A seguir vêm os distritos e concelhos de Coimbra, Condeixa, Lisboa, Mafra, Torres Vedras e Loures. Depois vem Aveiro, com empresas situadas nos concelhos de Águeda, Aveiro, Ílhavo e Albergaria-a-Velha. Há ainda empresas no distrito e concelho de Viana do Castelo, Braga e diversas em Barcelos.

Quanto ao barro vermelho podemos encontrá-lo um pouco por toda a parte, mas com especial incidência na zona de Barcelos, Porto de Mós, Mafra e Alentejo.

Há ainda duas pequenas empresas no Algarve.

Não queremos deixar de mencionar os Barros Pretos nas zonas de Viseu, Vila Real e Vilar de Nentes.

### 3 - *Principais Canais de Distribuição*

As empresas de cerâmica, dum modo geral, não utilizam um critério único quanto à escolha dos canais de distribuição dos seus produtos no estrangeiro, variando ainda conforme o produto, a empresa e o mercado.

A maioria das firmas está interessada apenas nos importadores grossistas e apenas as empresas muito pequenas pretendem atingir os retalhistas ou até apenas as boutiques. As pequenas e médias empresas em mercados como os Estados Unidos, o Canadá e alguns países da Europa Ocidental vendem directamente a esses importadores grossistas que por vezes detêm até a exclusividade de algumas das suas linhas de produção (caso de produtos não comercializados nesse mercado ou quando são design do próprio importador).

Quanto aos mercados escandinavos essas empresas utilizam agentes locais com exclusivo para toda a gama de produção e que por vezes trabalham mais do que um mercado.

As grandes empresas de procelana, normalmente utilizam o agente exclusivo ou para toda a produção ou para determinadas linhas nos grandes mercados internacionais. Podem ainda recorrer também a mais de um agente exclusivo para linhas diferentes.

As grandes empresas de faiança doméstica praticam o sistema dos grandes importadores com exclusivo de certas linhas de produção.

Há ainda o recurso a outros canais, tais como exportação através de agentes de compras de grandes cadeias de armazens.

Esses agentes contactam directamente o fabricante e deslocam-se a Portugal, em média 2 a 3 vezes por ano.

Também há casos em que não exportam directamente, mas através de organizações comerciais com larga experiência. Nestas condições encontram-se todos os artesãos que trabalham isolados ou as pequenas firmas sem estruturas comerciais.

Os intermediários fazem as suas encomendas, recolhem-nas, embalam-nas e enviam-nas para o cliente, cobrando 15%, 20% e até mais sobre o valor da peça. Há casos que consideramos perfeitamente escandalosos, pois os quantitativos cobrados são muito superiores ao preço pago pela peça.

Devido a isto, há tendência para a exclusão pura e simples desses intermediários eliminando assim custos que elevam os preços e evitam a sua exportação.

4 - *Perspectivas*

Em nosso entender, nos próximos anos as empresas não terão qualquer problema com o escoamento dos seus produtos, podendo até aumentar a sua exportação se aumentarem também a sua capacidade de resposta. Os mercados externos continuam a procurar novas fontes de abastecimento e só lamentam não haver mais possibilidades dum maior número de peças. Na realidade a procura é muito maior que a oferta, já de si bastante pequena devido às exigências do mercado interno.

Há ainda que desbloquear certos condicionalismos como sejam a falta de créditos para a exportação e financiamentos, que constituem um entrave ao investimento, tão necessário neste sector e que lhe permitiria responder convenientemente às solicitações dos mercados.

Também seria útil uma autorização mais fácil para a importação de determinadas máquinas e matérias primas, sem as quais o sector não se poderá expandir.

Igualmente se julgam necessários, cursos de formação para técnicos de produção e de design, afim de se criarem novos modelos.

Por seu lado grande parte das firmas deveria abandonar os seus métodos de gestão de empresa, bem como de comercialização arcaicos e lançar-se numa evolução das suas linhas de fabrico sem espaços e sem tempos perdidos.

5 - *Cerâmica de Coimbra*

O documento mais antigo que se conhece, relativo à indústria de cerâmica em Coimbra é de 1203 e trata-se dum título de venda, efectuado por Pedro Soares ao Mosteiro de Santa Cruz, duma tenda com 2 fornos para louça, junto à Porta de Almedina.

Nesta altura e nos séculos seguintes, a louça fina era importada da China e doutras proveniências e só a louça ordinária era de origem nacional.

No tempo do Marquês do Pombal, o Dr. Domingos Vandelli, natural de Pádua e lente de Filosofia da Universidade, ao visitar os arredores de Coimbra e notando a boa qualidade do barro, lembrou-se de aperfeiçoar as peças, na tentativa de as levar a competir com a Espanha que nessa época ainda era o País de proveniência da louça utilizada.

Animado por essa ideia mandou construir em 1784 uma fábrica de faiança onde se passou a executar a melhor louça do distrito e até mesmo do País, fabricando até algumas peças de grés que ainda hoje se devem encontrar no Laboratório de Química da Universidade.

Esta fábrica foi objecto de muitos privilégios, sendo o mais importante, o exclusivo de venda para as Províncias da Beira e Minho.

A perfeição da louça data no entanto já do século XI. Os antigos padrões que representavam animais e aves de plumagem colorida sobre fundo de plantas ainda se conservam. Esta pintura dá um aspecto tão característico à louça que a distingue de qualquer outra do País e demonstra a influência do estilo árabe que os séculos não conseguiram desvanecer. Em 1810 havia 14 fabricantes dessa louça e actualmente existem apenas 6 fábricas de louça tradicional e uma outra já mais industrializada de louça de linhas modernas.

É difícil dizer qual o contributo desta louça para o total do valor exportado de cerâmica visto as pautas não serem absolutamente estanques e só a declaração honesta dos montantes por parte das firmas poderia dar uma ideia da qual seria essa exportação.

# ANEXOS

ANEXO I

*A EXPORTAÇÃO DE CERÂMICA DOMÉSTICA E DECORATIVA*

| *PAÍSES* | *1978* | | *1979* * | | *Variação %* |
|---|---|---|---|---|---|
| | *1000 esc.* | *Part.* | *1000 esc.* | *Part.* | *78/79* |
| *SUÉCIA* | *145 894* | *22,3* | *229 611* | *21,2* | +57,4 |
| E.U.A. | 154 220 | 23,6 | 211 465 | 19,5 | +37,0 |
| FRANÇA | 61 924 | 9,4 | 130 866 | 12,1 | +111,3 |
| REINO UNIDO | 79 743 | 12,2 | 128 721 | 11,8 | +61,4 |
| R.F.A. | 37 493 | 5,7 | 109 227 | 10,1 | +191,3 |
| DINAMARCA | 39 656 | 6,0 | 34 669 | 3,2 | -12,6 |
| ESPANHA | 8 493 | 1,3 | 34 399 | 3,2 | +305,0 |
| CANADÁ | 16 229 | 2,5 | 29 666 | 2,7 | +82,8 |
| SUIÇA | 17 950 | 2,7 | 28 161 | 2,6 | +56,8 |
| BEL. - LUX. | 14 974 | 2,3 | 25 910 | 2,4 | +73,0 |
| HOLANDA | 10 293 | 1,6 | 23 774 | 2,2 | +130,9 |
| NORUEGA | 17 287 | 2,6 | 19 911 | 1,8 | +15,2 |
| ITÁLIA | 10 605 | 1,6 | 19 290 | 1,8 | +81,9 |
| FINLÂNDIA | 6 641 | 1,0 | 16 539 | 1,5 | +149,0 |
| OUTROS | 31 779 | 4,8 | 42 516 | 3,9 | +33,7 |
| TOTAL | 653 181 | 100 | 1 034 725 | 100 | +66,0 |

FONTE: I.N.E.

★ Valores provisórios

ANEXO II

*EXPORTAÇÃO DE LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO EM PORCELANA*

| *PAÍSES* | *1978* | | *1979* * | | *Variação %* |
|---|---|---|---|---|---|
| | *1000 esc.* | *Part.* | *1000 esc.* | *Part.* | *78/79* |
| *SUÉCIA* | *45 103* | *30,1* | *70 599* | *32,0* | +56,8 |
| E.U.A. | 38 253 | 25,6 | 59 200 | 26,8 | +54,7 |
| FRANÇA | 11 386 | 7,6 | 27 946 | 12,6 | +154,4 |
| ITÁLIA | 8 448 | 5,6 | 14 928 | 6,7 | +76,7 |
| ESPANHA | 3 391 | 2,2 | 13 114 | 5,9 | +286,7 |
| SUIÇA | 6 653 | 4,4 | 5 625 | 2,5 | -18,4 |
| BEL. - LUX. | 2 952 | 1,9 | 5 428 | 2,4 | +83,8 |
| CANADÁ | 2 760 | 1,8 | 4 550 | 2,1 | +64,8 |
| OUTROS | 30 584 | 20,4 | 19 262 | 8,7 | -37,0 |
| TOTAL | 149 530 | 100 | 220 652 | 100 | +47,5 |

FONTE: I.N.E.

★ Valores provisórios

ANEXO III

*EXPORTAÇÕES DE LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO EM FAIANÇA OU GRÉS FINO*

| PAÍSES | 1978 | | 1979 ★ | | Variação % |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1000 esc. | Part. | 1000 esc. | Part. | 78/79 |
| E.U.A. | 62 103 | 25,9 | 94 460 | 22,9 | +52,1 |
| R.F.A. | 26 422 | 11,0 | 78 004 | 18,9 | +195,2 |
| REINO UNIDO | 45 308 | 18,9 | 61 702 | 14,9 | +36,2 |
| FRANÇA | 31 218 | 13,0 | 51 814 | 12,6 | +65,9 |
| SUÉCIA | 27 049 | 11,3 | 35 831 | 8,7 | +32,4 |
| DINAMARCA | 11 822 | 4,9 | 17 186 | 4,1 | +45,4 |
| CANADÁ | 6 808 | 2,8 | 14 697 | 3,5 | +115,8 |
| NORUEGA | 5 002 | 2,1 | 11 727 | 2,8 | +134,4 |
| SUIÇA | 4 941 | 2,0 | 11 351 | 2,7 | +129,7 |
| BEL. - LUX. | 5 737 | 2,4 | 9 033 | 2,2 | +57,4 |
| ESPANHA | 2 676 | 1,1 | 7 835 | 1,9 | +192,8 |
| HOLANDA | 2 472 | 1,0 | 7 088 | 1,7 | +186,7 |
| OUTROS | 7 619 | 3,2 | 11 199 | 2,7 | +47,0 |
| TOTAL | 239 177 | 100 | 411 927 | 100 | +72,2 |

FONTE: I.N.E.

★ Valores provisórios

ANEXO IV

*EXPORTAÇÃO DE ESTATUETAS, OBJECTOS DE FANTASIA, ETC. . EM CERÂMICA*

| PAÍSES | 1978 | | 1979 ★ | | Variação % |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1000 esc. | Part. | 1000 esc. | Part. | 78/79 |
| SUÉCIA | 45 860 | 30,7 | 66 749 | 25,4 | +45,5 |
| REINO UNIDO | 16 005 | 10,7 | 49 586 | 18,9 | +209,8 |
| E.U.A. | 29 768 | 19,9 | 47 703 | 18,2 | +60,2 |
| FRANÇA | 11 780 | 7,9 | 26 076 | 9,9 | +121,3 |
| R.F.A. | 5 760 | 3,8 | 14 357 | 5,5 | +149,2 |
| ESPANHA | 759 | 0,5 | 8 227 | 3,1 | +984,0 |
| CANADÁ | 4 291 | 2,8 | 6 986 | 2,6 | +62,8 |
| BEL. - LUX. | 3 892 | 2,6 | 6 725 | 2,5 | +72,7 |
| DINAMARCA | 8 431 | 5,6 | 6 595 | 2,5 | -21:7 |
| SUIÇA | 3 469 | 2,3 | 6 512 | 2,5 | +87,7 |
| HOLANDA | 5 059 | 3,4 | 5 847 | 2,2 | +15,6 |
| OUTROS | 14 108 | 9,4 | 16 657 | 6,3 | +18,1 |
| TOTAL | 149 182 | 100 | 262 020 | 100 | +75,6 |

FONTE: I.N.E.

★ Valores provisórios

ANEXO V

*ESTRUTURA DAS EXPORTAÇÕES EM FUNÇÃO DA MATÉRIA PRIMA UTILIZADA*

| | *1978* | | *1979 ** | | *Variação %* |
|---|---|---|---|---|---|
| | *1000 esc.* | *Part.* | *1000 esc.* | *Part.* | *78/79* |
| *LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USODOMÉSTICO EM PORCELANA* | *149 530* | *22,9* | *220 652* | *20,3* | +47,5 |
| LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOMÉSTICO EM FAIANÇA OU GRÉS FINO | 239 177 | 36,6 | 411 927 | 37,9 | +72,2 |
| LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOM. EM BARRO ORDINÁRIO | 100 148 | 15,3 | 139 950 | 12,9 | +39,7 |
| LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOM. GRÉS ORDINÁRIO | 7 775 | 1,2 | 18 744 | 1,7 | +141,1 |
| LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOM. DE OUTRAS MATÉRIAS CERÂMICAS | 4 513 | 0,7 | 25 764 | 2,3 | +470,8 |
| LOUÇA E UTENSÍLIOS DE USO DOM. DE OUTRAS MATÉRIAS CERÂMICAS SEM PINTURA | 2 856 | 0,4 | 5 668 | 0,52 | +98,4 |
| ESTATUETAS, OBJECTOS DE FANTASIA, ETC. EM CERÂMICA | 149 182 | 22,8 | 262 020 | 24,1 | +75,6 |
| TOTAL | 653 181 | 100 | 1 084 725 | 100 | +66,0 |

FONTE: I.N.E.

★ Valores provisórios

ANEXO VI

*EXPORTAÇÃO DE VIDROS*
*DE USO DOMÉSTICO E DECORATIVO*

| PAÍSES | 1978 | | 1979 | | Variação % |
|---|---|---|---|---|---|
| | 1000 Esc. | Part. | 1000 Esc. | Part. | 78/79 |
| REINO UNIDO | 87 390 | 27,3 | 183 859 | 31,9 | +110,4 |
| R.F.A. | 82 240 | 25,7 | 162 388 | 28,2 | +97,4 |
| E.U.A. | 23 621 | 26,1 | 148 429 | 25,7 | +77,5 |
| SUÉCIA | 24 439 | 7,6 | 30 416 | 5,3 | +24,4 |
| CANADÁ | 6 740 | 2,1 | 16 898 | 2,9 | +150,7 |
| FRANÇA | 6 781 | 2,1 | 12 724 | 2,2 | +87,6 |
| ESPANHA | 192 | 0,0 | 7 635 | 1,3 | a) |
| HOLANDA | 1 595 | 0,5 | 5 539 | 1,0 | +247,3 |
| SUIÇA | 2 680 | 0,8 | 3 820 | 0,7 | +42,5 |
| NORUEGA | 411 | 0,1 | 1 156 | 0,2 | +181,3 |
| OUTROS | 23 709 | 7,4 | 3 368 | 0,6 | -85,7 |
| TOTAL | 319 798 | 100 | 576 232 | 100 | +80,2 |

FONTE: I.N.E.
★ Valores provisórios
a) Taxa superior a 1000

# CONCLUSÕES

Os participantes nas «Jornadas», reunidos em 17 de Janeiro de 1981, decidem tornar públicas, as seguintes conclusões, resultantes de uma reflexão comum.

Estas conclusões abrangem três aspectos de análise da mesma realidade:

I - *DO PASSADO: RAÍZES HISTÓRICAS*

I. Sensibilizar as entidades públicas e os empresários para necessidade de salvaguardar (em Museus, Escolas e Fábricas) vestígios tecnológicos do sector, tais como rodas de oleiro, fornos, utensilagem, motores já fora do serviço, etc..

1. a) Neste campo aponta-se, nomeadamente a necessidade de ser reconhecido como imóvel de interesse público o edifício bem como o equipamento e utensilagem onde está instalada a fábrica de Cerâmica Antiga de Coimbra.

2. Chamar a tenção para a preservação dos Arquivos das Empresas, bem como para a sua organização em termos de eficiência e funcionalidade.

3. Necessidade de as Empresas irem constituindo como que um pequeno Museu próprio, de que deverão fazer parte as peças de maior valor artístico e/ou as mais antigas.

II - *DO PRESENTE: LEVANTAMENTO E DIVULGAÇÃO DO QUE EXISTE*

1. Solicitar a publicação de um levantamento, tão completo quanto possível, do Artesanato da Região, independentemente ou integrado em estudo sobre o Distrito ou o País.

1. a) Autonomamente e com carácter de urgência que as Câmaras Municipais de Coimbra, Condeixa, Miranda do Corvo, Soure e Vila Nova de Poiares patrocinem um estudo fundamentado da chamada Louça da Região: suas formas, gramática estilística, evolução no tempo e no espaço, condições de produção, etc. .

1. b) Para a concretização desta tarefa propõe-se a criação de um grupo de trabalho que integre, para além dos palestrantes das Jornadas, o Prof. Doutor Jorge de Alarcão e o Reverendo Padre Nunes Pereira, bem como outras pessoas (nomeadamente técnicos) e instituições que se ache oportuno convidar.

2. Chamar a atenção para a preservação dos Arquivos das Empresas, bem como para a sua organização em termos de eficiência e funcionalidade.

III - *DO FUTURO: FOMENTO E AUXÍLIO*

1. Solicitar a inclusão nos programas escolares, a partir do ensino primário, de actividades ligadas à cerâmica.

2. Propor a criação de uma escola de artes livres em ordem ao desenvolvimento e preservação do património cultural tendo em vista também a sua transformação progressiva.

3. Incluir o estudo da cerâmica e de outras artes tradicionais no Ensino Superior, complementando a disciplina de «História da Cidade de Coimbra».

4. Pugnar pela criação de um Centro de Cerâmica (e do vidro) em Coimbra ou, na impossibilidade, por uma maior divulgação das condições já existentes na Escola Secundária Brotero, que possa dar apoio tecnológico.

5. Relativamente às empresas viradas para exportação, propõe-se:

a) - a organização de cursos de reciclagem para artesãos, com disciplinas essenciais (modelação, pintura e outras auxiliares) e que se ponham também em contacto com o design e com as mais recentes tecnologias.

b) - a promoção de seminários ou outro tipo de reuniões de trabalho com empresários ou artesãos isolados, onde sejam focados problemas de gestão de empresa, embalagem, exportação, legislação do sector, qualidade dos artigos, etc. .

c) - a concessão de crédito a juros baixos às empresas existentes ou a criar, desde que apresentem estudos fundamentados.

d) - a concretização do apoio às empresas que dediquem particular atenção à aprendizagem na sua unidade ou facilitem a frequência, aos seus trabalhadores, em cursos de reciclagem ou outros fora daquelas.

6. Instituir prémios, tendo em vista estimular individual e colectivamente a qualidade, a execução e a criatividade artística.

7. Sugerir que os edifícios públicos, incluindo os religiosos, habitualmente adornados com plantas ou simples objectos decorativos utilizem preferencialmente, louça artística de Coimbra.

8. Sugerir a existência duma verba, a fundo perdido, nas Autarquias Locais para atender aos casos mais gritantes de valores em vias de extinção.

9. Propor a publicação de um roteiro de artesanato, incluindo a gastronomia e a doçaria regionais que permita ao português e ao estrangeiro que nos visita uma panorâmica geral naqueles campos.

10. Que a venda das peças seja acompanhada por um folheto em que se situe esse produto no seu enquadramento cultural.

11. Que seja revisto o actual estatuto da C.A.R.C. , devendo ser estudada a hipótese da criação de um Centro de Artesanato.

12. Que as peças da «Louça de Coimbra» passem a ser marcadas ou assinadas eventualmente, datadas e com a indicação do local de origem.

13. Que a Casa do Artesanato inicie desde já uma recolha fotográfica, sistemática, de todos os elementos que possam contribuir para um estudo mais aprofundado da «Louça de Coimbra».

14. Que legislação completa e eficiente encare de frente o problema do artesão, dignificando de vez a pessoa e a arte.

15. Que os meios de comunicação (Imprensa e sobretudo a Televisão) divulguem com mais assiduidade programas dedicados a estes problemas.

Recomendação: Propõe-se a realização, em Coimbra, do 2.º Colóquio sobre Artesanato para o qual se deverão convidar representantes das Secretarias de Estado da Cultura, Turismo, Comércio Externo, Trabalho, Formação e Emprego, Condição Feminina e outras que se revelem úteis.

Coimbra, 17 de Janeiro de 1981.

Composto e Impresso
na secção de OFFSET da
Comissão de Coordenação
da Região Centro